UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O urbano na produção da favela do Timbó - João Pessoa: regularizar os espaços para
valorizar a cidade

(Versão corrigida)

Mateus Augusto de Araújo

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O urbano na produção da favela do Timbó - João Pessoa: regularizar os espaços para
valorizar a cidade

(Versão corrigida)

Mateus Augusto de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Humana da
Universidade de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a
Simone Scifoni.

De acordo: *Simone Scifoni*

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O urbano na produção da favela do Timbó - João Pessoa: regularizar os espaços para
valorizar a cidade

(Versão corrigida)

Mateus Augusto de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Humana da
Universidade de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a
Simone Scifoni.

De acordo:

São Paulo
2014

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa científica é produto da reflexão coletiva, portanto fruto do trabalho de muitas pessoas. Da construção do projeto aos trabalhos de campo, e posteriormente o tratamento de dados. Todas as etapas desta pesquisa envolveram colegas de São Paulo e de João Pessoa, os quais sou muito grato pelas leituras, a ajuda com mapas e imagens, com conselhos e indicações. Devo agradecer a minha família, principalmente a minha mãe Auseni Araújo, pela vontade de transformar as coisas, à Luciana Araújo por me dar a geografia. Como também as minhas tias: Alzira e Almira Araújo, e meu irmão pelo carinho, mesmo que à distância. A Alicia, sou grato pelo carinho atento e a presença companheira.

Agradeço a professora Simone por reconhecer a relevância da pesquisa, como pelo desenvolvimento do trabalho ao longo desses anos. Aos colegas Helder, Luísa e Priscila pelos debates e contribuições dentro e fora dos laboratórios. Para Thiago Santos, Benigno, Roberto Ceará e todos os amigos do CRUSP, toda a gratidão possível, pois sem eles não teria sobrevivido a São Paulo. Em especial: Pedro, Daniel e David, companheiros com os quais compartilhei a vida durante o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço aos servidores técnicos e profissionais da Prefeitura Municipal de João Pessoa que disponibilizaram as informações necessárias, no tempo que lhes foi possível. Aos colegas do Departamento de Geografia da UFPB, a Eliane Campos que contribuiu com o acervo fotográfico e valiosos questionamentos sobre o Timbó. Agradeço especialmente a Patrícia, Lourdes, Roque, Juliana e tantos outros moradores do Timbó, por abrir suas casas e compartilhar sua vida, tornando possível a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas para produção do espaço na favela do Timbó, instalada no vale do rio Timbó na cidade de João Pessoa – PB. Elegemos o projeto de reurbanização da favela do Timbó como instrumento de análise do processo de produção deste espaço. Situada no bairro dos Bancários, a favela do Timbó é resultado da ocupação de uma área de mineração particular nas várzeas do rio Timbó, seu processo produtivo está inserido no contexto de expansão do tecido urbano sentido sudeste. O qual tem início na década de sessenta, impulsionado pelos investimentos da ditadura militar no crescimento horizontal das cidades, mediante a produção de conjuntos habitacionais. Identificar os condicionantes do processo de produção da favela do Timbó, assim como os processos desencadeados no espaço urbano a partir de sua reprodução, constituem inquietações relativas à nossa análise. Pois nesta concepção de expansão da cidade a população pobre, em sua maioria migrante do campo, é impelida para a periferia. Esta se submete a ausência de serviços, de equipamentos urbanos, de infraestrutura, restando a esta parcela da sociedade, produzir as condições mínimas de existência na cidade. À medida que a expansão urbana sufoca estes espaços, eles são transformados pela correlação de forças entre os agentes de produção. Reproduzindo suas particularidades, a favela reafirma a heterogeneidade urbana, desafia o planejamento urbano funcional capitalista, configura uma resistência à regularização das práticas de produção do espaço. Tais características reafirmam a existência desigual e fragmentada da cidade de João Pessoa. Para desenvolver esta análise nos utilizamos de pesquisa bibliográfica, dados secundários, obtidos em instituições públicas (IBGE, PMJP), entrevistas e periódicos virtuais, acervo cartográfico e fotográfico.

Palavras-chave: favela, espaço urbano, segregação, planejamento, ZEIS.

ABSTRACT

The aim of the present work is to analyse the politics of production of space in the different slums settled on the river valleys of the city of João Pessoa-Paraíba (Brazil). We focus on the urbanization of the slum of Timbó as an instrument to analyse the production of this space. Located on the neighbourhood of Bancários, Timbo's Slum is the result of the occupation of a private area of mineral extraction on the riverside of Timbo's River, the growing process forms part of the expansion of the urban grid towards the southeast, which has its start on the early 60s, promoted by the inversions of the military dictatorship towards the urban sprawl, by the means of social housing. The conditions of the production process of Timbó are identified as well as the different processes led to the urban space through its reproduction, which conform concerns related to our research. Furthermore under this conception of the urban sprawl the poor population, the majority coming from the countryside migrations, its rejected to the periphery of the city. Condemned to the lack of services, urban equipment and infrastructure, the slum is forced to produce its own basic supplies to survive in the city. As the city's expansion suffocates these areas, they will be transformed by the forces of the agents of production. Reproducing its particularities, the slum reaffirms the urban heterogeneity, implying a challenge the functional capitalistic urban planning, conforming a resistance to the regularization 'of the means of space production. Such characteristics reiterate an uneven and fragmented existence of the city of João Pessoa. To develop these analyses we use as bibliographic research, Public institutions data, such as (IBGE, PMJP), interviews and online newspapers, cartographic and photographic store.

Keywords: slum, urban space, segregation, urban planning, ZEIS

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las políticas de producción del espacio en las favelas ubicadas en las cuencas de ríos de la ciudad de João Pessoa, Paraíba. Entre ellos se estudia el caso del proyecto de urbanización de la favela de Timbó como instrumento de análisis en el proceso de producción de este espacio. Situada en el barrio Bancários, la favela de Timbó es el resultado de la ocupación de un área de extracción minera privada a orillas del río Timbó. Su proceso productivo se engloba en el contexto de expansión del tejido urbano sentido sudeste. El cual se inicia en la década de los sesenta, impulsado por las inversiones de la dictadura militar para una expansión horizontal de las ciudades, mediante promociones de viviendas de protección oficial. Analizamos el proceso de producción del Timbó a partir de sus condicionantes y los procesos desencadenados en el espacio urbano a partir de su reproducción, los cuales constituirán inquietudes relativas a nuestro análisis. En esta concepción de expansión de la ciudad, la población empobrecida, en su mayoría proveniente del éxodo rural y relegada a la periferia, condenada a la ausencia de servicios, equipamientos urbanos e infraestructura, se ve obligada a producir por sí misma las mínimas condiciones de existencia en la ciudad. A medida que la expansión urbana asfixia estos espacios, estos sufren transformaciones debidas los agentes de producción. Reproduciendo sus particularidades, la favela reafirma la heterogeneidad urbana, desafiando al planeamiento urbano funcional capitalista, configurando una resistencia a la regularización de las prácticas de producción del espacio. Tales características reafirman la existencia de desigualdad y fragmentación en la ciudad de João Pessoa. Para desarrollar el análisis utilizaremos como fuentes de investigación bibliográfica, datos obtenidos de instituciones públicas, Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y Alcaldía Municipal de João Pessoa (PMJP), entrevistas y periódicos virtuales, biblioteca cartográfica y fotográfica.

Palabras clave: favela, espacio urbano, segregación, planeamiento, ZEIS

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Parahyba do Norte, Brazil – (Início do século XX): Cruz do Peixe, atual Estação da Saelpa, ponto de junção da Eptácio Pessoa com a Juarez Távora	31
Foto 2	Vista aérea da favela do Timbó e bairros do entorno, com destaque para os rios: Timbó e Jaguaribe; a Av. Eptácio Pessoa e a BR- 230	33
Foto 3	Moradora transporta água potável entre as emulsões de lama do esgoto.	51
Foto 4	Esgoto e lama da chuva se misturam em canal a céu aberto	51
Foto 5	Rua Rosa Lima dos Santos, entrada sudoeste do Timbó	52
Foto 6	Rua Sem Nome com galeria de esgoto exposta	53
Foto 7	Travessa São Paulo à noite	53
Foto 8	Entrada sudoeste do Timbó	80
Foto 9	Entrada sudoeste do Timbó, parcialmente destruída pelas chuvas	81
Foto 10	Entrada sudoeste do Timbó, infraestrutura destruída e solo e acelerado processo de erosão	81
Foto 11	Barreira limite oeste do Timbó sem cobertura vegetal	82
Foto 12	Barreira limite oeste do Timbó sem cobertura vegetal e degradada	82
Foto 13	Barreira limite oeste do Timbó com alguma cobertura vegetal	82
Foto 14	Barreira limite sul do Timbó sem cobertura vegetal, em processo erosivo	83
Foto 15	Vista para a barreira oeste desmoronada	84
Foto 16	Casa instalada na área de alagamento	85
Foto 17	Canal a céu aberto em Rua sem nome	85
Foto 18	Habitação recém-construída com problemas estruturais	86
Foto 19	Ruas do conjunto habitacional cedem durante as chuvas	87
Foto 20	Local destinado ao armazenamento do lixo no Timbó	88
Foto 21	Moradores do Timbó abrigados pela PMJP em Ginásio Poliesportivo	89
Foto 22	Moradores do Timbó abrigados pela PMJP em Ginásio Poliesportivo	89
Foto 23	Entrada sudoeste do Timbó	91
Foto 24	Habitação recém-construída com problemas	92

Foto 25	Topo da barreira oeste com vista para o Timbó II	93
Foto 26	Barreira sul do Timbó	94
Foto 27	À direita a barreira oeste	95
Foto 28	Acima o destino temporário do lixo	96
Foto 29	canais de esgoto a céu aberto	96
Foto 30	Casa em demolição no Timbó II	97
Foto 31	Crianças brincam onde haviam moradias do Timbó I	98

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1	Distribuição percentual de população por situação de domicílio.	26
Tabela 2	Tipologia dos domicílios particulares permanentes no Timbó por setor censitário	36
Tabela 3	Domicílios particulares permanentes na favela do Timbó por condição de ocupação	44
Tabela 4	Domicílios particulares permanentes na favela do Timbó – energia elétrica	52
Tabela 5	Programas Habitacionais do Governo Federal, princípios e definições (2002-2009)	71
Gráfico 1	Beneficiados com o Programa Bolsa Família (PBF) e rendimentos na Favela do Timbó	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização espacial da favela do Timbó	17
Figura 2	Croqui da cidade da Parahyba em 1855	23
Figura 3	Divisão interna da favela do Timbó e características morfológicas.	37
Figura 4	Uso e Ocupação do Solo em 1978 na Comunidade do Timbó	45
Figura 5	Uso e Ocupação do Solo em 1989 na Comunidade do Timbó	47
Figura 6	Uso e Ocupação do Solo em 1998 na Comunidade do Timbó	49
Figura 7	Características do projeto de urbanização do Timbó	78
Figura 8	Modelo de gabião construído na barreira oeste do Timbó	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANOREG	Associação dos Notários
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA	Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto da Paraíba
COHAB	Companhia de Habitação
DI	Desenvolvimento Institucional
FAC	Fundação de Ação Comunitária
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Iniciativa de Fomento às Cidades Emergentes e Sustentáveis
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PREZEIS	Plano de Regularização das ZEIS
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SFH	Financeiro da habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
UAS	Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais
UFPB	Universidade federal da Paraíba
ZEP	Zona Especial de Proteção

ÍNDICE

Introdução	14
1 Produção e apropriação do espaço urbano em João Pessoa	19
1.1 O século XX e as políticas de expansão da malha urbana	21
1.2 A produção dos conjuntos habitacionais e a expansão urbana	32
1.3 A favela do Timbó, um espaço de resistência	43
2. Marco legal para uma política municipal de intervenção em favelas	58
2.1 A construção da constituição de 1988: uma luta por direitos na cidade	59
2.2 Crise e política habitacional de 1964 a 2014	64
2.2.1 O Banco Nacional da Habitação	66
2.2.2 A Caixa Econômica Federal	69
2.2.3 O Ministério das Cidades	70
2.3 Regulamento para intervenção em Zonas Especiais de Interesse Social	72
3. A produção do espaço por ordem do Estado	75
3.1 A reprodução do urbano na Favela do Timbó	76
3.2 O valor que produz a cidade	99
Considerações	106
Referências Bibliográficas	110
Anexos	115

INTRODUÇÃO

Para refletir sobre a produção do espaço, no âmbito da ciência geográfica, os objetos observados no cotidiano constituem um rico instrumento de análise, tratamos aqui das contradições existentes no espaço urbano. Mediante um olhar atento aos processos que caracterizam este espaço, “redescobrimos” os elementos constitutivos da cidade, sua morfologia, dinâmica e estrutura, compreendendo a cidade como uma totalidade, em sua forma-conteúdo conforme nos orienta Lefebvre (2001). Da curiosidade sobre a distinção entre os elementos deste espaço urbano, e seu processo produtivo, surgiu a necessidade de aprofundarmos a nossa compreensão sobre a cidade.

Em nossas observações acerca das distintas espacialidades produzidas na cidade, refletimos sobre o Estado capitalista, e como este reorganiza as relações sociais e de produção do espaço. Conforme elucida Carlos,

o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais (CARLOS, 2011 p. 76).

Aliando o seu aporte de capital à legitimidade de suas ações, o Estado transforma o espaço da favela de acordo os interesses hegemônicos que orientam o processo de produção da cidade. Na produção deste espaço, destacamos ainda a atuação de segmentos da iniciativa privada, tais como: produtoras de insumos para construção, incorporadoras imobiliárias, especuladores e investidores do mercado imobiliário – os mesmos que reafirmam o discurso da ilegalidade e de segregação da favela. É a partir da (e na) favela, na condição de “espaço ilegal”, como afirmam Hardoy & Satterthwaite (1987), que reconhecemos, também, a complexidade do processo de produção do espaço urbano.

Diante das inquietações provocadas pela observação da cidade, elaboramos este trabalho com o objetivo de analisar as transformações em processo na favela do Timbó, no que diz respeito à produção do espaço urbano neste fragmento da cidade. A identificação e apreciação dos condicionantes do processo de produção da favela do Timbó, assim como os processos desencadeados no espaço urbano a partir de sua reprodução, representam as principais preocupações relativas à elaboração deste texto.

Observamos as características do projeto de urbanização da favela do Timbó, elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), tomamos como referência para esta análise, o olhar dos moradores sobre o processo. Com este trabalho, pretendemos ampliar a discussão acerca da reprodução das favelas em João Pessoa, mediante análise dos projetos públicos de regulamentação de favelas. Tomamos como foco da análise as ações do planejamento urbano voltadas à favela do Timbó, e as consequentes transformações na relação destes moradores com seu lugar. Isto porque, como nos recomenda Souza (2003), no processo de elaboração de planos de gestão e de desenvolvimento para o espaço urbano, as intervenções estatais devem considerar suas particularidades e singularidades.

Compreendemos, conforme recomenda Carlos (2007), que o planejamento urbano deveria ter como ponto de partida o lugar, e não apenas um modelo preconcebido, pautado em experiências externas, mesmo que estas tenham sido exitosas. Sobre esta questão Rodrigues acrescenta,

A ausência de análises consistentes sobre a produção socioespacial é visível em propostas de políticas públicas, nas quais se ‘planeja’ o desenvolvimento com metas numéricas, nas quais o espaço onde se concretizarão estas metas é desconhecido (ou pelo menos não tem sido mencionado) (RODRIGUES, 1988. p 32).

Igualmente, ao analisarmos as dinâmicas de (re)produção e (re)estruturação do espaço urbano, tendo como agente produtor o Estado, nos remetemos a outra inquietação: o controle da iniciativa privada sobre os eixos de expansão nas grandes e médias cidades, intensificando práticas como a especulação imobiliária, as quais

reforçam, a crise habitacional e as desigualdades sócioespaciais. Sobre o Estado Araújo (2006) evidencia que, junto à iniciativa privada, quer a partir de ações autônomas, quer em parceria, constituem importantes agentes de transformação do espaço urbano, à medida que controlam a (des)valorização de setores da cidade, bem como para ampliar o processo de periferação.

O processo de periferação é recorrente na produção de cidades grandes e médias no Brasil, em razão da abertura de novas áreas de loteamentos para diferentes camadas sociais; da construção de conjuntos habitacionais; bem como da formação de ocupações irregulares, a exemplo das favelas. Como assevera Araújo (2006), encontramos este processo na cidade de João Pessoa, constituindo-se, numa dada lógica de planejamento da cidade, como uma periferação planejada, ora pelo Estado, ora pela iniciativa privada. Fator de produção de favelas na cidade, partimos destas observações e inquietações, buscando contribuir com a discussão sobre o caráter das atuais propostas do planejamento urbano para o Município de João Pessoa, no tocante às áreas de favelas. Para tanto, tomaremos como recorte territorial de investigação empírica a favela do Timbó, localizada no bairro Bancários.

Quanto ao planejamento urbano para o município de João Pessoa, questionamos se, e como, este tem contribuído para mitigar as desigualdades sócioespaciais existentes na favela do Timbó. A valorização imobiliária do entorno da favela nos leva a pensar que, aos poucos se delineia uma alteração no conteúdo social e econômico desta área. A introdução de novos produtos imobiliários e consequente valorização do espaço, atrai camadas sociais de elevado poder aquisitivo, que orientam as ações do poder público promovendo a valorização da terra. Na figura 1 (abaixo), localizamos espacialmente o nosso recorte de análise empírica, a favela do Timbó.

Figura 1 – Localização espacial da Favela do Timbó. **Fonte:** Alícia R. Puyalto.

Levantamos questionamentos complementares a este, a exemplo da recuperação e preservação da mata ciliar no rio Timbó, especialmente porque parte desta favela localiza-se em uma área de várzea, sujeita a inundações periódicas. Encontra-se nas proximidades da encosta, sujeitando os moradores ao risco de deslizamento. A várzea aqui referida é a do Rio Timbó, Llerena (2009) denuncia os altos níveis de degradação e de assoreamento neste rio, que remetem aos anos de ocupação e uso indevido, uma ameaça à vida dos moradores. Quanto ao bairro Bancários, o que nos chama atenção, é o dinamismo de expansão urbana e de valorização imobiliária da terra, na qual se multiplicam condomínios fechados, inclusive em áreas que durante anos abrigaram pequenas vacarias. Esta área se caracteriza por grandes contradições e complexidade das relações sociais, próprias da produção do espaço urbano.

Identificamos estes processos no primeiro capítulo, intitulado: Produção e apropriação do espaço urbano em João Pessoa, no qual analisamos o processo de expansão do tecido urbano da cidade. Com destaque para as transformações que produziram o bairro Bancários, e, por conseguinte a favela do Timbó. Apresentamos as principais características morfológicas da favela, sua localização espacial e alguns dos conflitos que permeiam seu cotidiano. Por meio dos quais buscamos compreender particularidades na produção das favelas em João Pessoa.

No capítulo dois, denominado: Marco legal para uma política municipal de intervenção em favelas, comentamos os instrumentos de regulamentação jurídica que versam sobre a produção da favela do Timbó. Partimos da importância da constituição de 1988 como marco político para a luta pela Reforma Urbana. Seguido do histórico de políticas habitacionais em nível nacional, fundamentais para a expansão do tecido urbano na cidade João Pessoa no último terço do século XX. Como apresentamos os instrumentos que regulamentam a produção do espaço na favela do Timbó uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Encerramos o texto com o capítulo: A produção do espaço por ordem do Estado, no qual expomos as características do projeto de urbanização da favela do Timbó. Revelando a complexa relação entre o Estado, os grupos ocupantes da favela, e os

agentes produtores deste espaço, seus interesses e estratégias traçadas para alcançá-los. Notadamente a especulação imobiliária e o conflito entre valor de uso e de troca são objeto de nossas reflexões, por meio das quais buscamos alcançar as particularidades e resistências à imposição do urbano.

Reconhecemos que o conteúdo político, do planejamento urbano está diretamente relacionado ao modelo de cidades que se produz, o qual tem beneficiado uma pequena parcela da população. Comprometendo não somente a qualidade de vida nos grandes centros urbanos, mas também nas cidades de médio e pequeno porte. Somado a isto, observamos, cotidianamente, a urgência em repensarmos os modelos e práticas produtivas da nossa sociedade.

1. PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JOÃO PESSOA

A cidade de João Pessoa é produto de uma política de planejamento urbano caracterizada pela precarização da moradia popular, sobretudo na periferia do malha urbana. Apresenta as características de uma cidade capitalista brasileira, fruto de um processo de industrialização dependente, tal organização reitera a correlação das forças produtivas, assim como a acumulação de processos produtivos dos diversos momentos de sua história. Apresenta uma existência histórica, a qual para Lefebvre (1999), pesam concepções políticas e ideológicas distintas, produtoras de uma espacialidade desigual. Analisamos o processo de segregação espacial a qual é submetida a classe trabalhadora em João Pessoa, partimos da favela do Timbó um fragmento da cidade, apreendendo seu sentido no interior da totalidade social da qual ela faz parte.

As noções de totalidade e de estrutura, de universal e de particular deverão ser unificadas em um mesmo movimento conjunto no qual a sociedade seria reconhecida em seu diálogo com a natureza transformada, não apenas como agente transformador, mas também como um dos seus resultados (SANTOS, 1978, p. 195).

As transformações espaciais na favela do Timbó elucidam o processo em curso, na totalidade, da reprodução das relações sociais de produção deste espaço. Como propõe Carlos (2011) em suas contribuições sobre a natureza social do espaço, este é meio, condição e produto das relações sociais de produção. Seu conteúdo social e histórico é realizado pela ação do trabalho social na natureza, segundo determinações próprias de cada civilização e período relativo a esta.

Se a natureza se coloca como condição essencial da qual o homem e depois o grupo humano retira o que necessita para viver, é também um meio dessa atividade, realizando-se ao longo do processo histórico como produto social sem, todavia, perder seu sentido natural (CARLOS, 2011a p. 23).

No movimento de reflexão entre os fragmentos: cidade - favela, buscamos aspectos que elucidem o conflito pelo espaço urbano na cidade de João Pessoa. A favela, expressão da desigualdade na cidade, aponta as contradições em seu processo produtivo. Contradições que aproximam nossa análise da totalidade das relações de produção na qual está inserida a favela do Timbó. Esta que constitui um rico campo de análise dos conflitos na cidade, pois mediante a sua reurbanização, o poder político, restabelece o controle sobre a terra.

A cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional) (CARLOS, 2008 p.83).

Caracterizada pela ocupação de terra urbana, a existência da favela reafirma a necessidade de uma produção coletiva da terra, pautada nos interesses sociais mediante a realização de seu valor de uso. A falta de infraestrutura básica produz um ambiente onde é cotidiano o risco à saúde humana, pelo contato com o esgoto, e em razão dos deslizamentos e/ou alagamentos. Pensando os processos que promoveram

tal configuração espacial segregadora, elegemos como recorte histórico, o período que se estende da ocupação da favela do Timbó, no fim da década de 1960 ao atual momento. Mediante o qual, os processos produtivos e a configuração espacial da malha urbana, elucidem a produção de espaços desiguais na cidade.

A ocupação irregular faz parte deste processo, compreendê-las é um exercício de reflexão entre as particularidades do nosso recorte espacial, e sua projeção no processo de inserção global da produção da cidade de João Pessoa. Para o presente capítulo nos cabe analisar a produção do espaço urbano na cidade, com foco nas transformações provenientes da expansão do tecido urbano, e a produção de favelas no final do século XX.

1.1 O século XX e as políticas de expansão da malha urbana

A cidade é fruto da interação entre diversos agentes produtores, estes indivíduos organizados coletivamente transformam o espaço em razão de seus desejos e necessidades. Eles se agrupam de acordo com interesses comuns, produzindo o espaço em associação e/ou conflito com outros grupos, via de regra o conflito entre eles é um valioso instrumento de análise das transformações ocorridas em uma cidade. A complexidade do processo de produção da cidade expõe o potencial produtivo do trabalho social, assim como as práticas produtivas. O desenvolvimento de práticas e o acúmulo de objetos representativos da cultura destes grupos, esta expresso na forma da cidade.

A forma da cidade revela um valor social se confrontada ao seu período de produção, ou mesmo a transformações posteriores. Em nossa reflexão acerca da cidade de João Pessoa nos apoiamos nas transformações ocorridas ao longo do século XX. Em nossa análise prezamos por um recorte temporal que subsidie a compreensão do processo de produção da favela do Timbó. Estabelecemos um marco espaço/tempo para o fragmento em análise, reconhecemos na década de 1960, momento de referência para o surgimento desta favela, devido a chegada dos primeiros ocupantes.

Consideramos os mais diversos níveis de análise para proporcionar um esclarecimento amplo dos processos os quais observamos. Os níveis revelam: além da amplitude da rede de atuação dos processos urbanos, os variados ritmos e intensidades de atuação destes.

O espaço compreendido como movimento e processo que se realiza como condição, meio e produto da reprodução da sociedade permite desvendar também os níveis da realidade e as escalas imbrincadas, capazes de fornecer uma compreensão das tensões que explodem em conflitos no plano da vida cotidiana. Como exemplos de níveis há o econômico, o político e o social, e como os de escala há o espaço mundial, o lugar, e, no plano intermediário, a metrópole (CARLOS, 2011 p.74).

Com mais de quatrocentos anos de história, a cidade de João Pessoa conserva um complexo arranjo espacial, as transformações sofridas ao longo do tempo elucidam as distintas temporalidades na produção da cidade. Esta cidade que “[...] surgiu pela imposição de um mercado externo, com uma estrutura que ia se construindo na busca de satisfazer as necessidades da Metrópole como porto exportador” (RODRIGUES, 1980 p. 44).

Fundada no século XVI, e fruto da 2ª fase da política de urbanizadora colonial¹ empreendida pela Coroa Portuguesa, a cidade era dividida em duas: Cidade Alta e Cidade Baixa (Varadouro). Instalada no Vale do Rio Sanhauá a Cidade Baixa exercia a função comercial, lugar dos galpões e equipamentos do porto. Enquanto na Cidade Alta se instalaram as ordens religiosas e edificações militares e administrativas, assim como a classe dominante. Até o início do século XX a cidade pouco se expandiu além deste sítio, com exceção dos bairros: Tambiá, Jaguaribe e Trincheiras, produzidos em razão do eixo comercial com o Recife (Sul), ou pelo caminho para o litoral (Leste).

¹ De acordo com Reis Filho (1968), tal política foi implantada entre 1580 e 1640, com o objetivo ocupar e defender a costa norte e nordeste do Brasil.

[...]a cidade desenvolveu-se num sítio colinoso à margem direita do Rio Sanhauá e sua parte mais baixa foi ocupada pelas atividades de comércio. Na sua porção mais alta, localizaram-se órgãos administrativos, culturais, religiosos e prédios residenciais de padrão alto. Esta ocupação permaneceu aos anos de 1855, havendo depois expansão da cidade em direção ao litoral e ao sul. Nos demais sentidos (norte e oeste) existem os obstáculos formados pelos rios, marés e mangues, que naquela época, representavam entraves mais sérios à expansão urbana (AGUIAR & MELLO, 1985, p.50).

Figura 2 – Croqui da cidade da Parahyba em 1855. **Fonte:** modificado de Alfredo de Barros Vasconcelos, 1855. **Organização:** Mateus Araújo.

A Implantação dos equipamentos urbanos anuncia a modernidade na cidade da Parahyba², o Estado promove instalação da infraestrutura urbana, como: abertura de avenidas, construção de praças e calçamento de ruas, conforme observado na figura 2. Tais intervenções anunciam a modernidade em seu local de reprodução, a cidade. A imposição da forma urbana domina a natureza, a intervenção pública promove as condições propícias para a atuação do setor privado. Este que constrói edificações particulares ao longo dos novos eixos viários e áreas valorizadas pela presença dos equipamentos públicos.

Voltadas a modernização da cidade, as intervenções públicas, acompanhavam as transformações socioeconômicas desdobradas da revolução industrial. A cidade é o ponto de convergência, ela inaugura os equipamentos urbanos modernos. Produtos de uma sociedade industrial, que comporta contradições socioespaciais imanentes a constituição do seu processo produtivo, de acordo com Marx (1988). Em busca destas transformações cresce a atração de migrantes, especialmente oriundos do campo e de outras cidades menores e "atrasadas", para a "cidade moderna". Nela, além dos desejos, buscavam trabalho, e acesso aos equipamentos urbanos inexistentes no interior do estado.

É nesse momento que cidade da Parahyba passou a receber um fluxo contínuo de migrantes do campo, expulsos pela super exploração do trabalho e crescente pauperização, agravada por longo período de estiagem. A expansão da cidade e o crescimento populacional, aspectos da modernidade urbana, conduzem a implantação de um conjunto de normas de conduta e instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo. Elaborados pela Câmara Municipal no começo do século XIX, com o objetivo de estabelecer um código de postura urbano. Com o objetivo de ordenar e disciplinar o uso do solo urbano pelos munícipes, pelo poder público entre outros agentes produtores da cidade.

² Nome dado a cidade de João Pessoa até a morte de João Pessoa em 1930.

As primeiras posturas da cidade da Parahyba datam de 1830. Essa documentação revela a preocupação por disciplinar os usos da cidade, a conduta das pessoas, enfim a sua vida social. Nas posturas de 1830, já se pode constatar a preocupação com a aparência da cidade e com seu ordenamento (MAIA, 2000 p. 09).

A produção de favelas ribeirinhas na cidade de João Pessoa, compreende parte do processo desencadeado pela migração da população rural para os centros urbanos no nordeste, ao longo de todo o século XX. Para o código de postura de 1830, os migrantes e representantes de classes minoritárias, eram vistos como uma ameaça à ordem moral, e mesmo à saúde da elite. Coube ao poder público regular o uso do solo urbano evitando assim, a convivência entre estes extratos sociais. Outrossim, a precariedade da moradia, e as condições de insalubridade sob as quais vivia a população pobre, manchavam a imagem de modernização da urbe.

O código de postura de 1830 pode ser lido como um instrumento do Estado para regulação do uso do solo, instrumento de controle social utilizado para manter população pobre, afastada das áreas valorizadas da cidade. Tal medida demonstra como a divisão da cidade revela também a divisão dos grupos sociais, e de seu papel no processo geral de produção e reprodução da economia. Sobre este aspecto, no decorrer do processo de expansão urbana de João Pessoa, observamos a ocupação de espaços desvalorizados da cidade, bem como a crescente produção de favelas. Encravadas em áreas de difícil construção, algumas destas favelas perduram a revelia dos instrumentos de coerção do Estado. Este último promove contínuas intervenções públicas para beneficiamento de áreas urbanas nobres.

Os investimentos em infraestrutura e bens de serviço público, dando-se de maneira diferenciada entre os espaços urbanos, aprofundam as desigualdades espaciais da cidade, tendendo por fim ao seu caráter mesclado, em que os habitantes de níveis de renda distintos ocupam localidades próximas entre si e aos serviços públicos (RABAY, 1992, p. 76).

Esta migração é fruto de um duplo processo expulsão/atração, pois a urgência de modernização das cidades é gradativamente reproduzida no campo, e acelera processo de expulsão do trabalhador rural para a cidade. Centros de convergência das forças produtivas, a cidade consome uma quantidade cada vez maior de mão de obra assalariada. Como observamos na tabela 1 em 1980, a população brasileira é majoritariamente urbana, a rápida expansão da cidade de João Pessoa desencadeia uma maior valorização do solo, acompanhada de um impulso no processo de produção de favelas.

Tabela 1 - Distribuição percentual da população por situação de domicílio Brasil 1980 a 2010

Por situação de domicílio (%)	Urbana	Rural	Total
1980	67,70	32,30	119.002.706
1991	75,47	24,53	146.825.475
1996	78,36	21,64	157.070.163
2000	81,23	18,77	169.799.170
2010	84,36	15,64	190.755.799

Tabela 1 – Distribuição percentual de população por situação de domicílio. **Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000, 2010, e Contagem da População 1996.

Neste período as favelas passaram a ser o lugar de reprodução dos pobres da cidade, assim como daqueles que chegavam do campo. Um processo claramente observado nas cidades brasileiras de porte grande e médio, em razão da rápida urbanização, mas que tem rebatimentos em cidades menores como João Pessoa. A valorização das áreas urbanizadas da cidade que define os espaços de cada classe, promovem o deslocamento da população pobre para, a periferia da cidade, especialmente entre os anos de 1970 e 80. Período em que cresce o número de

ocupações irregulares, assim como a formação de favelas nos vales dos rios e encostas.

a partir da década de 1970 a população passa a residir predominantemente nas cidades, elevando o número de favelas, decorrente principalmente de uma expulsão do campo, seja pelo desenvolvimento de relações capitalistas e à consequente periferização dos agricultores, ou em virtude da pressão capitalista sobre a terra rural, isto é, pela concentração de renda fundiária (MAIA, 1994, p.132).

A desigualdade, condição da produção capitalista da cidade, realiza-se mediante a produção de centralidades em torno de bairros de maior poder aquisitivo, nos quais o perfil do morador varia entre classe média e alta. Sua relação com o espaço é pautada por seu poder de compra, ou seja, o espaço produzido tem como sentido primordial, seu valor de troca. Resta à classe trabalhadora, assalariada e desprovida dos meios financeiros de aquisição desta mercadoria, ocupar os espaços ao longo dos rios e outras áreas de interesse público de uso restrito, ou com baixa renda da terra incorporada. Outra saída é morar no limite da malha urbana, distante das centralidades, a classe trabalhadora produz sua moradia, e por meio dela suas práticas cotidianas.

Não somente por seu caráter de ilegalidade, sua estética aparentemente caótica, mas por ter se tornado símbolo de vários tipos de violência urbana, os moradores do Timbó, optam por reafirmar seu espaço como uma “comunidade”, em razão da discriminação que sofrem. Como confirma a moradora em entrevista,

Rapaz, uma comunidade, favela não, uma comunidade. Favela eu acho que é pior, acho que aqui tá mais pra comunidade. Porque tem gente que diz que favela é aqueles lugares que tem casinha de lona, de tábuas, é uma coisa muito pobrinha, e eu não considero aqui assim. Aqui tem pessoas que trabalham, pessoas que batalham pra ter suas coisas. Eu não acho que aqui seja uma favela. É tanto que tem gente que nem chama favela, chama comunidade. Não chama favela, tem gente que ainda usa esse termo? Eu num acho bom. Olha falar a verdade se eu for pra um canto e perguntarem eu digo: - eu moro no Timbó. Eu num vou dizer que moro numa favela, porque que eu vou dizer que eu moro na favela, pra que? Eu acho tão chato esse nome.

São muitas as estratégias dos moradores da favela para reproduzir seu modo de vida na cidade. No caso acima, o que observamos é uma tentativa de caracterizar, por

meio do termo “comunidade” o espaço carente de infraestrutura, no entanto seguro, desprovido da violência que é noticiada. Sobre tal questão, consideramos a abordagem teórica como esclarecedora, pois é fruto de uma ampla leitura deste processo.

O termo favela, de acordo com o mesmo IBGE, diz respeito a um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. O que distingue a favela de outros locais de moradia, também sem infra-estrutura é a natureza da ocupação das terras. Os mais variados termos são utilizados: invasão de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano (RODRIGUES, 1988, p. 36).

São muitas as favelas em João Pessoa, segundo o último censo (2010) são 59 aglomerados subnormais na cidade, assentamentos precários com mais de cinquenta unidades habitacionais em áreas ocupadas, onde o morador não dispõe da propriedade nem da infraestrutura urbana produzida na cidade legal. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento são 103 assentamentos informais, pois esta considera também os aglomerados urbanos com menos de cinquenta habitações, fator fundamental para a compreensão da segregação urbana em João Pessoa, uma vez que a centralidade exercida por esta cidade produz características próprias, que evidenciam sua condição de subcentro na hierarquia urbana regional.

A Favela é uma das formas assumidas pela periferia nas cidades brasileiras, conteúdo do urbano, ela é produto das relações desiguais de produção no espaço. A história da favela se confunde com o processo de produção da cidade, a crise habitacional produz a favela. Segundo Campos (2004) existem três versões quanto a esta origem. A primeira delas remete à crise habitacional resultante da alforria concedida pelo governo imperial brasileiro aos escravos que fossem combater na Guerra do Paraguai (1865-1870). Ao retornar à cidade do Rio de Janeiro e sem moradia, os soldados ocuparam os terrenos de maior cota (morros), e os encharcados, os quais não tinham valor para o governo.

A segunda interpretação para procedência das favelas é a de que ela surge mediante o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos. Quando os combatentes

arregimentados pelo governo retornam da campanha contra os insurgidos de Canudos são autorizados a ocupar como moradia provisória os morros da Providência e de Santo Amaro. Devido a este fato, esta “forma de ocupação dos morros logo se revelou a solução ideal para o problema de habitação popular do Rio de Janeiro. De local de moradia provisório, esses morros da área central logo foram transformados em opção de residência permanente”, assinala Abreu (1992, p. 90).

A terceira explicação complementa as anteriores. Trata-se da dissolução dos cortiços, fundamentada no Movimento Higienista e liderada pelo prefeito Barata Ribeiro. As ações de Barata Ribeiro tiveram como ponto alto a destruição do cortiço Cabeça de Porco, onde habitavam cerca de 4.000 pessoas. Segundo Campos (2004), o prefeito autorizou a população a utilizar o material que ainda fosse de serventia, para construção de habitações em um morro que existia por trás do cortiço, o morro da Providência, que posteriormente passa também a ser conhecido como Morro da Favela. Essa denominação dada ao morro da Providência, “Morro da Favela”, assevera Campos (2004), tem sua origem entre as mulheres que vieram da Campanha de Canudos com os combatentes. Oriundas de uma localidade conhecida como Morro da Favela, passaram a utilizar a mesma denominação para o espaço de moradia que vieram a ocupar.

As três versões são complementares, e têm em comum a crise habitacional vivida no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Condição de valorização da terra, a crise habitacional é reflexo da apropriação privada, agravada por particularidades inerentes ao recorte em análise. As favelas são produto dessa crise, e se multiplicam à medida que cresce a concentração de renda e a desigualdade social na cidade, sua população tem um papel fundamental no processo de reprodução do capital, pois supre a demanda de mão de obra barata e não qualificada nas cidades. A falta de infraestrutura urbana e a precariedade nos serviços, como: transporte, atendimento médico e abastecimento (elétrico e água), ocasiona a ocupação de áreas urbanas de forma irregular. “Los actos más simples que constituyen la vida cotidiana de esos grupos – obtener alimento, construir su alojamiento, ganar su sustento, conseguir agua o tratamiento médico – están frecuentemente fuera de la ley” (HARDOY & SATTERTHWAITE, 1987, p.37).

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono (SPOSITO, 1988, p.74).

A crescente degradação de espaços pela ocupação desordenada da cidade, produziu um cenário propício para a atuação da especulação imobiliária, promovendo a contínua expulsão da classe trabalhadora para a franja do tecido urbano, assim como a posterior revalorização destas áreas por intervenção do poder público. Expressão do impulso no processo de urbanização brasileiro durante o século XX, e anunciado na cidade de João Pessoa, por meio de um crescimento exponencial da malha urbana, incorpora vilas, quilombos e povoados litorâneos que até a década de trinta distavam cerca de oito quilômetros do perímetro urbano. Estes núcleos habitacionais são incorporados à cidade sob o signo do bairro, processo que se consolida com a mudança do perfil do morador mediante venda da terra.

É o caso dos bairros de Tambaú e Manaíra, espaços destinados à classe média e alta na orla marítima que até a década de setenta eram vilas habitadas por pescadores e descontínuas da malha urbana da cidade de João Pessoa, dispunham também de um número reduzido de habitações com função de segunda moradia. Com a criação da Avenida Epitácio Pessoa e a produção de infraestrutura urbana nestas localidades a valorização imobiliária tratou de expulsar a população local para as várzeas dos rios, produzindo a favela São José. Atualmente o poder público junto aos empresários que atuam nestes bairros anseiam pela realocação da população desta favela. Utilizam como argumento principal o risco ambiental e social sob o qual vivem os moradores do São José vitimando o desenvolvimento do turismo na orla marítima.

Foto 1 – Parahyba do Norte, Brazil – (Início do século XX): Cruz do Peixe, atual Estação da Saelpa, ponto de junção da Epitácio Pessoa com a Juarez Távora. **Fonte:** Arquivo RODRIGUES, W.

[...] abrigava uma população irrequieta, barulhenta, sempre movimentada por valentões e desordeiros, constituindo-se motivo de muito trabalho para a polícia. Com o passar dos anos, pessoas de distinção preferiram o arrabalde para domicílio, construíram casas confortáveis, enxotando, aos poucos, os maus elementos. [...] A Cruz do Peixe ia terminar nas matas que ensombravam a estrada de Tambaú, verdadeira floresta, coito de pretos fugitivos e malfeitores que, vez por outra, assaltavam os tranzeuntes [...] (AGUIAR e OCTÁVIO, 1985, p. 116).

De acordo com o levantamento compreendemos o processo de favelização não como decorrente de uma crise habitacional ou de uma situação socioeconômica conjuntural, ele se inscreve nos “fatores macroestruturais, determinados pelas características do processo social de produção [...]”. É resultante de uma contradição engendrada no interior da organização social” (BATISTA, 1984, p.3). Ou seja, os espaços dos pobres na cidade – produto das suas condições socioeconômicas, estão relacionados, também, aos interesses do mercado imobiliário. As favelas e as ocupações irregulares refletem não só o processo de apropriação do solo urbano, como também, a condição de segregação a qual está sujeita uma grande parcela de pobres de João Pessoa. Corroboramos com Maria do Socorro Batista (1984, p. 2) para quem, “a favela nada mais é que a forma de apropriação do espaço urbano por uma classe inserida no sistema produtivo em condições desfavoráveis e bastante precárias”.

1.2 - A produção dos conjuntos habitacionais e os Bancários;

A favela do Timbó está situada às margens do rio que lhe dá nome, e é fruto de uma ocupação irregular no bairro dos Bancários, porção sudeste da cidade de João Pessoa. O Timbó, como é chamado pelos moradores, ocupa uma área de aproximadamente 20km² na extremidade oriental do bairro, é cortada pela principal via de acesso à orla marítima do conjunto de bairros situados em torno da Universidade Federal da Paraíba. No entorno da favela se encontram os seguintes bairros: Castelo Branco, Jardim Cidade Universitária, Anatolia, Jardim São Paulo, Altiplano Cabo Branco e Costa do Sol. Os quatro primeiro bairros foram urbanizados e ocupados entre as décadas de setenta e oitenta, e destinavam-se ao fluxo de moradia decorrente da construção do campus I da Universidade Federal da Paraíba instalado no bairro Castelo Branco. Estes coincidem com o momento de ocupação da favela do Timbó, e sua origem esta diretamente relacionada à história de produção dos mesmos.

Por outro lado, os bairros Altiplano Cabo Branco e Costa do Sol sofreram poucas transformações até o final da década de 1990, isto em decorrência do impulso de valorização promovido pelo crescente investimento em infraestrutura urbana no entorno. Estes bairros foram reservados para edificações de maior rendimento, como condomínios fechados horizontais e verticais com habitações de valor superior a um milhão de reais. Sua ocupação representa a abertura de uma fronteira de expansão do tecido urbano, mantida por meio de uma lei municipal de proteção ambiental devido ao seu grande potencial imobiliário de auferir renda.

Esta localidade se encontra em uma posição privilegiada na orla marítima da cidade, e por isso desfruta de amenidades climatobotânicas, sua análise constitui um desdobramento fundamental para a análise do processo de produção do espaço urbano em João Pessoa. Entretanto para compreendê-lo é preciso observar as etapas que lhe precedem, e por meio destas esclarecer como a favela do Timbó estabelece um impedimento a especulação desta área.

Abordagens distintas podem ser relacionadas à produção deste espaço denominado Timbó, neste capítulo oferecemos os recursos necessários à análise do processo de produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa, com destaque para o Timbó. Relacionamos as transformações morfológicas observadas neste espaço aos relatos de seus moradores, tomando como referência os documentos fornecidos por órgãos oficiais como a prefeitura municipal e, sobretudo nossas observações in loco. Experiência fundamental para a pesquisa em geografia, onde o espaço se apresenta como elemento central para a reprodução das relações de poder que regem nossa sociedade e reproduzem a segregação.

Foto 2: Vista aérea da favela do Timbó e bairros do entorno, com destaque para os rios: Timbó e Jaguaribe; a Av. Epitácio Pessoa e a BR- 230. **Fonte:** Google Earth 09/08/2011. Modificado por Mateus Araújo.

O recorte acima apresenta o setor em torno da favela do Timbó, observamos por meio desta imagem de satélite o potencial construtivo dos bairros Altiplano Cabo Branco e Costa do Sol, devidamente loteados, no entanto reservados para um período de maior valorização fundiária. Destacamos a divisão dos bairros em torno do objeto de estudo, e sua proximidade ao Campus I da Universidade Federal da Paraíba, assim como dois importantes eixos viários na cidade de João Pessoa: em laranja a BR – 230³ que em seu trecho urbano constitui uma via de acesso rápido dos bairros do setor norte e leste da cidade ao centro. E a Avenida Presidente Epitácio Pessoa com a cor amarela, um fundamental corredor de acesso do setor leste da cidade ao centro, como veremos a seguir sua construção representa um marco na urbanização da orla marítima na capital paraibana.

As características que definem esta favela do Timbó como espaço segregado, vide a violência e controle das espacialidades pelo tráfico de drogas, os índices de homicídios, roubos e mesmo a violência policial, constituem fatores de repulsa dos consumidores de empreendimentos imobiliários, a classe dominante. Por conseguinte, compreender o processo de produção desta favela é condição primordial para alcançar os conflitos existentes entre os diversos grupos que ocupam este espaço.

A proximidade do litoral, assim como a presença de resíduos de Mata Atlântica confere a este setor da cidade um alto potencial de valorização, principalmente em torno da UFPB onde observamos à leste a Mata do Buraquinho, reserva de 515 hectares protegida por lei estadual da qual partem prolongamentos seguindo o curso dos rios Jaguaribe e Timbó. A presença residual de vegetação ciliar no momento das primeiras construções não resiste ao fim do século passado, quando o número de domicílios ocupantes atinge os atuais limites da favela. Contudo, a ocupação e degradação do rio têm outros agentes envolvidos, como observamos no bairro Jardim Cidade Universitária, em torno da nascente do rio Timbó, ocupada por habitações de classe média e destinadas a moradia universitária.

³ É a terceira maior rodovia do Brasil, com 4.223Km ela começa no município de Cabedelo, onde se encontra o único porto da Paraíba e termina em Lábrea no Amazonas. Em seu percurso corta sete estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

Por meio da imagem de satélite observamos uma série de terrenos devidamente loteados, mas sem infraestrutura urbana. Reservados para especulação, os lotes deste setor compõe são destinados a condomínios fechados com alto valor agregado, como consequência o Timbó e outras ocupações menores no entorno sofrem uma gradativa pressão dos agentes produtores deste espaço, no sentido de desocupar regulamentar, mediante a produção de infraestrutura urbana. O esforço exercido em função da requalificação das favelas em João Pessoa é motivado pela valorização imobiliária da área ou mesmo para garantir os investimentos da iniciativa privada nos arredores. Outrossim, a terra urbana no modo de produção capitalista é concebida como mercadoria e, portanto passível de valorização, desta maneira irá incorporar o valor do investimento aplicado a ela, mesmo que esta não seja uma diretriz da política de urbanização de favelas nesta cidade.

O Timbó limita-se com a Rua Abelardo Pereira dos Santos a oeste, onde o terreno tem sua cota mais alta, e desta segue em declive no sentido leste, onde é limitado pelo rio Timbó, embora o contínuo processo de assoreamento possibilite o avanço da ocupação urbana sobre o antigo leito do rio. Ao sul a favela é limitada pela encosta escarpada resultante do período de mineração de areia promovido na área, sobre a encosta um condomínio horizontal fechado evidencia as contradições espaciais mediante a produção de espaços antagônicos embora contínuos. Como limite norte a continuidade da Rua Eugênio C. Monteiro via de acesso desta porção da cidade a orla marítima e importante corredor de acesso a Universidade Federal da Paraíba, assim como a bairros populosos o caso de Mangabeira e Bancários. Em pesquisa sobre aglomerados subnormais realizada pela FAC, em 2002, a favela do Timbó, compreendendo I e II, possuía 568 e 232 domicílios, respectivamente, ou seja, um total de 800 moradias. Embora pouco mais de 100 moradias estejam em área de risco, a falta de infraestrutura urbana promove a precarização significativa das condições de vida, dos habitantes na favela do Timbó.

No ano de 2010, segundo o Censo demográfico, o número de domicílios passou a um total de 824, não houve aumento significativo, pois não há novas ocupações na área nos últimos anos e a verticalização não parece uma tendência em função da

instabilidade do terreno. Segundo o IBGE os domicílios no Timbó seguem três tipologias: casa, vila/condomínio, apartamento. Na tabela 1.1, logo abaixo observamos a presença majoritária de casas, evidenciando uma ocupação horizontalizada do terreno. Na tabela a baixo os três setores que compõe a favela estão representados com letras⁴: A, B e C. O setor “A” corresponde à porção leste da favela do Timbó e se estende pela margem do rio, enquanto o “B” corresponde a uma porção central da favela, entre a encosta descoberta e o primeiro setor. Já o setor C corresponde à porção acima da encosta, e se estende latitudinalmente delimitando a favela a oeste.

TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO TIMBÓ
POR SETOR CENSITÁRIO - 2010

	A	B	C	TOTAL
Casa	214	295	267	776
Casa de Vila ou em condomínio	7	21	18	46
Apartamento	0	0	2	2

Tabela 2 – Tipologia dos domicílios particulares permanentes no Timbó por setor censitário.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em um exercício de zoneamento intuitivo os moradores da favela a subdividem em: Timbó I (de cima), Timbó II (de baixo). Em função de sua ocupação ter ocorrido, parte, no topo da encosta e parte, na planície fluvial. Esta diferenciação topográfica nos revela a localização física da moradia, uma vez que a ocupação ocorreu da planície fluvial para a encosta, mas também estão escritos nestas expressões, os diferentes momentos de produção da favela. Assim como as contradições internas existentes neste recorte espacial, uma vez que a ocupação do topo da encosta, à medida que

⁴ Correspondem respectivamente: A – 250750705000674, B – 250750705000069, C – 250750705000068.

passa desfrutar dos equipamentos urbanos diferencia-se do Timbó de baixo. Assume a condição de morador da cidade, em oposição ao morador da favela, mesmo que toda a área seja considerada ocupação, e, portanto ilegal.

Figura 3 – Divisão interna da favela do Timbó e características morfológicas. **Fonte:** Secretaria de Habitação de João Pessoa. Modificado por Mateus Araújo

A produção do espaço no Timbó apresenta contradições marcantes que se materializam na paisagem da favela, uma bastante evidente é a existência de dois processos produtivos na mesma favela, distintas por seu padrão construtivo, bem como pelo acesso e pouca mobilidade devido a sua localização. O Timbó I se encontra na porção oeste da favela, em um sítio até 20 metros acima do Timbó II, enquanto que

esta segunda porção da favela se encontra dentro da saibreira aberta pelos anos de extração de areia. O Timbó de cima apresenta uma maior valorização no mercado financeiro, por ter uma articulação direta com o bairro, usufruir do transporte público e possuir casas com melhor padrão construtivo. Estas são maiores, chegam a possuir mais de um pavimento e acabamento da fachada com revestimento cerâmico.

Já o Timbó de baixo, “descendo a ladeira” ocupa uma área imprópria e de riscos e apresenta uma densidade habitacional mais elevada - é bem mais precário, com casas de baixo padrão construtivo, aparentemente sem estrutura adequada para suportar o regime de cheias do rio Timbó assim como as chuvas. Apresentam rachaduras nas paredes e são escuras e pouco confortáveis, uma vez que acomodam famílias numerosas. A população sofre com a precariedade das ruas nesta porção da favela, uma reivindicação antiga dos moradores uma vez que a maioria é desprovida de pavimentação, acarretando difícil acesso de veículos e muitas vezes de pedestres.

Durante as chuvas a situação é ainda pior, em função dos alagamentos, provocados pela cheia do rio e potencializados pelo escoamento pluvial sobre o solo argiloso do sítio, enfraquece a estrutura da maioria das casas, as mais próximas do leito do rio sofrem com a inundação todo o período de chuvas (dezembro/janeiro e julho). Becos e outras vias estreitas são as mais atingidas, no entanto a inundação não é o único problema ambiental de quem mora no Timbó II, os deslizamentos de terra constituem um risco constante devido à alta permeabilidade e granulometria do solo. É justamente nesta porção da favela que o nível de precariedade das condições de moradia sugere uma intervenção contínua e eficaz do poder público.

Os moradores argumentam que é preciso produzir, ao menos as condições apresentadas pelo Timbó de cima, incorporando a porção sem infraestrutura da favela ao bairro, condição para a regulamentação desta localidade. Uma das queixas é entre os moradores é que as casas localizadas no Timbó I possuem valor diferenciado devido a sua localização, mesmo que a condição de ilegalidade seja comum aos dois espaços. A relação entre estes espaços cindidos dentro da mesma favela, evidencia as contradições em seu processo de produção, pois aqueles que habitam o Timbó I muitas vezes reproduzem os preconceitos que os moradores das favelas em João Pessoa

sofrem, o que os inclui. Em campo observamos por vezes este comportamento quando questionados sobre a nossa segurança enquanto pesquisador ao visitar o Timbó II. Ao perguntar qual a diferença entre os dois espaços, era comumente recebido por uma expressão de reprovação e um curto discurso sobre segurança pessoal e criminalidade nesta favela.

Quem mora na parte alta do Timbó acha que mora no conjunto dos bancários. E muitas vezes até humilha que mora aqui dentro, como eu já vi gente dizer. -Ah, é lá de baixo da favela. São os favelados. Então num é bom não, quem mora lá em cima acha que é superior a quem mora aqui embaixo, e na realidade não é, porque no jeito que isso aqui foi invadido, lá em cima aquela área todinha foi. Inclusive naquela época meu pai não pegou uma casinha lá em cima porque meu pai era desse povo medroso, que não gostava de confusão com ninguém, disseram pra ele que não podia. Então no canto que ele ia botar os pauzinhos dele e marcar o terreno dele marcaram e construíram e até hoje, entendeu como é que é? (Lourdinha, moradora da beira do rio Timbó).

Assim como Lourdinha outros moradores do Timbó alegam tratamento diferenciado quando o assunto é residência, sempre que é preciso realizar um cadastro para compras ou até para serviços públicos sofrem algum tipo de preconceito por serem moradores do Timbó, sobretudo por ser de uma favela. No bairro dos Bancários ou no centro da cidade o morador do Timbó tem que lidar com as provocações e desconfiança dos vendedores e funcionários de bancos, assim como em *shopping centers* e outros espaços reservados a potenciais consumidores de seus produtos. As relações de consumo na cidade selecionam o público em circulação por sua capacidade de consumo, de modo que a população moradora do Timbó, desprovida do poder de compra da casa própria faz parte de um grupo com limitado direito de circulação na cidade.

O grupo ao qual nos referimos compõe a massa de trabalhadores assalariados desprovidos dos meios de produção, sob os quais pesa a exploração da força de trabalho principalmente no setor de serviços. São empregados da construção civil, prestadores de serviço para o poder público, empregadas domésticas, vendedor ambulante, são algumas das profissões que compõe o perfil do morador do Timbó. O crescente número de empresas de limpeza mobiliza essas empregadas domésticas em

torno da terceirização, embora não haja na favela alguma instituição que represente um nível de organização dessa classe dentro do Timbó.

Quando há dificuldade em conseguir trabalho, até mesmo para complementar a renda familiar, uma alternativa dos moradores do Timbó é a coleta de resíduos sólidos, material reutilizável ou com um bom preço de venda para as empresas de reciclagem. A coleta tem início geralmente nas primeiras horas do dia e se estende até às 10 horas da manhã, ou no final da tarde e vai até tarde da noite e envolve todos os membros da família. O percurso preza por áreas residenciais com eixos comerciais, onde é possível encontrar todo tipo de material, mas principalmente papel e alumínio, nos bancários e em mangabeira é possível coletar uma quantidade grande destes materiais. Tal atividade não é reconhecida pelo Estado embora ocupe uma lacuna importante do serviço de controle de resíduos, responsabilidade da gestão pública.

Na favela do Timbó habitam cerca de 3.122 pessoas, abrigadas num total de 824 domicílios segundo o último Censo do IBGE (2010), são profissionais liberais de setores vinculados à construção civil, limpeza e o setor informal de vendas. Há também uma parcela da população que acessa o programa Bolsa Família, política de circulação de capital condicionada ao plano de educação infantil nacional. Ela possibilita a redução dos custos educacionais mediante o envio mensal um valor em dinheiro para complementar a renda familiar. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa houve um gradativo aumento de 36,31% no valor dos beneficiários do programa bolsa família entre 2004 e 2008, conforme pode ser observado no gráfico 2, abaixo.

Segundo o IBGE (2000), os trabalhadores, em sua maioria, não são qualificados e possuem apenas o ensino fundamental, fatores que somados à localização da moradia representam um impedimento à conquista de um emprego fixo. Deste modo muitos moradores ganham a vida com trabalhos temporários também conhecidos como “bicos”, como ajudante de pedreiro, jardinagem, manutenção elétrica domiciliar ou mesmo vendedor ambulante. Essa situação evidencia a condição de segregação dos moradores mediante o controle e apropriação até mesmo dos meios de vida, pois impõe

pelo trabalho novas relações com o espaço e tempo pautadas no ritmo da produção industrial.

Gráfico 1: Beneficiados com o Programa Bolsa Família (PBF) e rendimentos na Favela do Timbó de setembro de 2004 a 2008. **Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento Social PMJP.

Embora não haja um projeto do Estado de investimento progressivo e contínuo para melhoria na qualidade de vida no Timbó, programas do Governo Federal representam uma fonte de renda complementar e se juntam ao aluguel dos cômodos extra e serviços para compor a renda familiar. Em razão do progressivo aumento do número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família entre os anos de 2004 – 2006 (gráfico 1) em contraste com a estabilização deste número após o período nos faz crer que uma parcela da população do Timbó apresentou um considerável aumento da renda familiar. Garantindo que estas famílias aos poucos deixem de acessar os programas de complementação de renda do governo, o que, no entanto não garante o acesso a um bem fundamental como a moradia. Outros fatores vide a mudança no acabamento da fachada das casas, assim como a transformação nas relações de sociabilidade entre os moradores. Produzindo grupos com distinto poder aquisitivo e resultando em conflitos entre moradores, como ocorre entre os moradores do Timbó de cima e de baixo.

O Timbó abrange uma área de 15,382 hectares e apresenta uma densidade habitacional alta 203hab/hectare, embora não haja uma considerável verticalização o que mantêm o sítio em condições climáticas amenas. As relações de vizinhança no Timbó estão marcadas por disputas internas as quais reproduzem um caráter classista, e são polarizadas pela disputa entre o Timbó de “cima” e o de “baixo”. Sendo o primeiro dotado dos equipamentos urbanos que, segundo os moradores dessa área os promove a condição de bairro. O Timbó de baixo tem em sua composição contradições internas que fomentam disputas entre os moradores, principalmente aqueles em área de risco, frequentemente responsabilizados pelos problemas da favela, sua condição de vida insalubre e principalmente pela violência.

É nos espaços de sociabilidade da cidade onde é possível observar o tratamento dado aos moradores do Timbó. Uma vez que estes tem como opção de lazer gratuito a praia, que se encontra a algumas centenas de metros da favela, ou as praças, que são poucas na cidade de João Pessoa, mas ocupam um papel fundamental nas relações de sociabilidade entre os moradores dos bairros periféricos. Afastados da praia pela distância e pelo valor da passagem de ônibus, estes veem nas praças uma opção de lazer acessível a sua renda familiar, a dificuldade de circular pela cidade constitui um impedimento real ao usufruto da infraestrutura urbana produzida com o seu trabalho que, portanto é direito seu. A Praça da Paz, espaço público no Bancário dista pouco mais de um quilômetro da favela do Timbó e constitui um desses espaços de sociabilidade.

A maior praça dos Bancários, proporciona aos seus moradores uma série de equipamentos de lazer: pista de *cooper*, academia de ginástica, playground, bares e ainda espaços destinados à prática de outros esportes e apresentação de atividades culturais. Entretanto estes benefícios são utilizados, sobretudo pelas camadas sociais privilegiadas, moradores das áreas mais valorizadas do bairro. Os moradores do Timbó, quando tem o privilégio de dispor de tempo para se divertir com os filhos nesta praça, são facilmente identificados pela disposição em grupos ou complementando a renda familiar por meio do comércio informal, vendendo pipoca, refrigerantes além outros produtos.

Devido ao consumo de bebidas enlatadas a Praça da Paz é lugar propício para coleta de material, fonte de renda dos moradores do Timbó e de outras favelas de João Pessoa, pois muitos sobrevivem da renda obtida a partir da reciclagem. Catadores relatam que são retirados da praça pela polícia militar, pois são tidos como ladrões, baderneiros que sujam a imagem do lugar. Características como essa nos fazem crer que existe, mesmo nos parques espaços públicos onde o morador da favela encontra uma possibilidade de usufruir da cidade, um processo de segregação da parcela empobrecida da população da favela do Timbó, este se realiza no espaço e se torna mais evidente à medida que nos aproximamos do lugar.

1.3 - A favela, um espaço de resistência;

A favela do Timbó data de meados da década de setenta, fruto da ocupação dos trabalhadores da construção civil, na área de escavação realizada as margens do rio Timbó para a edificação do bairro dos Bancários. A presença constante dos trabalhadores, assim como sua condição de migrante de cidades do interior do estado da Paraíba resultou na ocupação inicial do terreno. Posteriormente viriam os familiares e depois os amigos e entes próximos buscando melhores condições de vida na cidade. No mesmo período surge o Conjunto dos Bancários, que foi promovido a bairro, no qual esta localizada a favela do Timbó. Evidenciando não somente a produção de espaços antagônicos à lógica do planejamento urbano, como também a existência de uma grande parcela da população que não dispunha de condição econômica para ocupar aquelas áreas da cidade com melhores serviços e infraestrutura, restando-lhes a ocupação como estratégia de sobrevivência e enfrentamento da “espoliação urbana”, bem observada por Kowarick (1993).

Embora tenham direito à moradia, os habitantes de favelas como o Timbó lutam para sair da condição de ilegalidade atribuída a eles, disputando nos espaços institucionais, por meio das Associações de Bairro ou mesmo nos espaços de “gestão participativa”, os quais são frequentemente acusados pelos moradores pelo pouco

poder deliberativo do processo. O esforço em construir a casa consolida o processo de ocupação, na condição de posseiro o morador se reconhece parte do espaço produzido por ele, mesmo quando não pode ter a propriedade do terreno, busca adquirir ao menos o domicílio, conforme aponta a tabela 3. A política do Estado consiste numa lenta, porém constante violência contra os direitos dos moradores ocupantes de córregos urbanos, da coerção policial às obras superfaturadas e nunca terminadas. Embora a produção de moradia popular e o investimento que está sendo gerido pela Prefeitura Municipal correspondam à demanda popular, pois prometem suprir as necessidades básicas de infraestrutura urbana para os moradores do Timbó.

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO TIMBÓ - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO - 2010

	A	B	C	TOTAL
Próprio e quitado	145	255	221	621
Próprio em aquisição	29	3	0	32
Alugado	50	57	66	173
Cedido de outra forma	3	1	0	4

Tabela 3 – Domicílios particulares permanentes na favela do Timbó por condição de ocupação.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os moradores mais antigos revelam que neste primeiro momento as habitações eram improvisadas, normalmente abrigos para a chuva, havia ainda casos de pessoas que dormiam em redes entre as árvores, ou construíam somente um teto para se abrigar da chuva. Em quarenta anos de ocupação a favela do Timbó sofreu mudanças, principalmente quanto ao perfil da moradia e da família ocupante. Embora a ação de urbanização em curso, seja considerada pelos moradores como a maior transformação

observada na favela desde o início da ocupação. Uma vez que o projeto prevê a garantia de infraestrutura urbana, a realocação das famílias em área de risco e a regulamentação da moradia traçando diretrizes que transformam o modo de vida da população do Timbó.

O Timbó foi originado de escavações que o pessoal fazia pras construções, levava o barro e foi formando esse buraco, como você vê pra onde você vai tem barreira. E não tinha energia, morar aqui era um breu, e nem água encanada, a água pra tudo era de poço e cacimba, além do rio que a gente usava pra tomar banho e pra lavar roupa, e que não era poluído nessa época ainda. Era um rio muito limpo, todo mundo se servia dele. Aqui é fossa e num vai nada pro rio, mas do pessoal que vem depois de mim é que começa a sujeira (Depoimento de moradora).

Figura 4 – Uso e Ocupação do Solo em 1978 na Comunidade do Timbó. **Fonte:** Sabino, 2001.

A história da ocupação do Timbó aos poucos se perde entre os novos moradores, compradores e inquilinos de casas alugadas que tem pouco ou nenhuma

relação com as primeiras famílias ocupantes. Contam os moradores mais antigos que após o período de escavação, o espaço chamou a atenção de famílias, principalmente as que vinham do interior acompanhando os trabalhadores da construção civil. Ligadas às atividades de agricultura passaram a morar no espaço e desenvolver pequenas plantações às margens do Rio Timbó. A ocupação ocorria de maneira espontânea, chegavam ao terreno cercavam a terra e começavam a viver. Apesar do pouca ou nenhuma ordem nesse tipo de ocupação, na comunidade do Timbó o processo de ocupação teve início na parte de baixo às margens do Rio Timbó, que fica na periferia do terreno, e posteriormente foi aos poucos se difundindo no espaço livre. Ou seja, o as relações de uso com os recursos oferecidos pelo sítio foi um marco na ocupação deste, era nesse rio onde lavavam roupas e tiravam água para as necessidades do dia a dia. Em um cenário degradado pela extração de material para a construção começa a se desenvolver um assentamento que posteriormente, devido à inserção na malha urbana viria a consolidar o processo de transformação do ambiente ocupado.

Durante a década de 1980 a área é transformada novamente. A mudança na forma urbana e na paisagem a partir da ocupação dos primeiros lotes e como consequência desta o desmatamento do restante de vegetação nativa. O arruamento começa a se formar e configurar um tecido urbano com pequenas quadras irregulares bem próximas ao Rio. Portanto, tem-se o início da divisão fundiária que acontecia aleatoriamente (Figura 4). Havia uma disputa entre os moradores e a prefeitura, que esta atuava no controle da expansão da favela derrubando os barracos recém-construídos, de tal modo que o embate se prolonga por anos até que, por favor, político, e maior organização dos moradores a favela se mantém. Segundo o Blog informativo Timbó em Ação (2011) neste período ainda se fazia a retirada de saibro, “a aparência das pessoas não era de alegria, era só de esperança de que aquela realidade mudasse”.

Moradores relataram que quando chegaram à área que hoje é a comunidade não tinha nada, não havia energia elétrica, água encanada e nem rede de esgoto. Essa infraestrutura, mesmo que precária, foi chegando aos poucos, primeiro em 1987 veio à água, depois energia elétrica entre 1988 e 1989. A área era apenas um grande buraco

e se transformou em lugar de moradia. Ao realizar a ocupação de espaços ociosos o morador dá uso ao espaço, se apropriando deste e produzindo-o à sua maneira. A área ocupada transforma-se em um enclave no bairro onde está inserido, sua condição de espaço ocupado, reproduz outras configurações político territoriais, uma nova espacialidade é produzida. Relações de poder locais pautam este recorte, estabelecidas por um código de leis próprias, que via de regra, entram em conflito com as normas que regem cidade legal.

Entretanto esta é uma conquista que podemos chamar de incompleta, porque ter uma casa e habitar na cidade não significa conquistar o direito à cidade. Afinal, quase sempre é negado a esses trabalhadores o usufruto dos seus mais diversos equipamentos e serviços, fatores de realização da cidadania. Isto porque, numa sociedade desigual, “cada homem vale pelo lugar que está: o seu valor produtor, consumidor, cidadão, depende da sua localização no território” (SANTOS, 1987, p.81).

Figura 5 – Uso e Ocupação do Solo em 1989 na Comunidade do Timbó. **Fonte:** Sabino, 2001.

No final de 1980 e 1990, além da exploração dos recursos naturais, ocorreu mais uma etapa da dinâmica social com a abertura de ruas, formação de mais quadras e a expansão de edificações por praticamente todo o sítio (figura 5). Intensificam-se as ocupações com moradias irregulares gerando um espaço com organização espacial própria, entretanto avessa ao plano ortogonal preconcebido para o bairro dos Bancários. O tecido urbano é concebido segundo as necessidades cotidianas dos moradores, seguindo suas relações de vizinhança e as características relativas à sociabilidade cotidiana de seus moradores.

O lugar se realiza mediante o novo uso dado pela ocupação, o que antes era uma saibreira, espaço de atividade mineradora, centrado no consumo do lugar instrumento para a produção de um bairro da cidade a ser consumido pela classe média, deu origem ao lugar de moradia de uma parcela da classe trabalhadora empobrecida pela condição de desigualdade reproduzida no campo e na cidade. Desta maneira a área responde transformações produzidas na cidade, produzindo forma e usos antagônicos em espaços ambos partes do mesmo processo. A ocupação intensificou-se diante de uma situação de grande precariedade, com carência de equipamentos públicos e de infraestrutura básica, o que configurava uma área segregada em relação ao restante cidade.

Observa-se no Timbó um processo de transformação de sucessivas configurações espaciais, visando atender às necessidades de cada morador do local. Para entender essas mutações recorre-se ao tempo, cuja contribuição mostra-se através do acúmulo de momentos na transformação sofrida pela favela desde a sua origem até a consolidação. As características morfológicas apresentadas nas três ortofotocartas referem-se a momentos distintos na produção deste espaço. Ocupado primordialmente por imigrantes de áreas rurais as transformações se dão para além do âmbito material, pois aos poucos o modo de vida urbano substitui as práticas rurais trazidas pelos primeiros ocupantes transformando o Timbó e sua cotidianidade. A relação com a natureza constitui um valioso indicador destas transformações, à medida que é suprimida a vegetação nativa e frutífera no sítio, assim como as áreas de cultivo fica clara a transformação das relações de uso em consumo. O lugar que outrora provia o

indivíduo de alimentos, mas também de memória das práticas rurais agora será negociado para auferir alguma renda a população pauperizada desta favela.

Figura 6 – Uso e Ocupação do Solo em 1998 na Comunidade do Timbó. **Fonte:** Sabino, 2001.

Acreditamos que o isolamento do assentamento observado na primeira ortofotocarta e que aos poucos é substituído pela presença de uma malha urbana no entorno promove uma transformação na maneira que os próprios moradores observam a favela. Apesar da evidente mudança no perfil do morador ocasionada pelo incipiente processo de valorização interno da favela provocado pela criação da infraestrutura do entorno. cremos que as aspirações provocadas pela contradição evidente entre a favela e a cidade, esta última tem como marco de transformação temporal a incorporação desta à malha urbana. Uma vez que a condição periférica da ocupação autoconstruída é substituída pela presença da cidade em seu entorno, traz consigo todas as suas características. O modo de vida urbano é imposto sobre outras práticas

de produção no espaço, processo que não ocorre sem conflito, mas que tem sua expressão mais acentuada na cidade.

Muito se fala sobre as condições de infraestrutura das favelas, de fato uma das características que define uma favela RODRIGUES (1988), assim como outras maneiras de ocupação urbana é a diversidade/espontaneidade morfológica do ordenamento segundo os padrões urbanísticos da cidade legal. Quando muito seguem um padrão influenciado pela cota altimétrica do terreno ou outro dado ambiental que condiciona com a disposição das habitações. No caso do Timbó temos a distinção entre a parte acima da encosta, no topo do tabuleiro, e a parte inferior situada dentro do recorte provocado pela mineração da área. Ao observarmos a figura 06 é possível perceber que as ruas do Timbó são paralelas ao rio, formando quarteirões que crescem no sentido norte – sul, tal disposição não foi pré-elaborada ou concebida em plano urbanístico, outrossim, é fruto do acúmulo de experiência e de uma memória coletiva na produção deste espaço pelo grupo ocupante.

Em seus trinta e sete anos de história de ocupação os moradores do Timbó não apontam modificações significativas por parte do poder público. Entretanto denunciam o favorecimento político eleitoral por meio da troca imediata do voto por benefício próprio, assim como das promessas de campanha. A falta de manutenção na contenção da barreira coloca em risco a população devido aos constantes desmoronamentos associados não só aos meses de chuva como a deficiente manutenção da rede hidráulica autoconstruída das habitações no topo da barreira. Órgãos de controle como a Defesa Civil alertam para o perigo constante deste tipo de moradia embora a população argumente que não há outra maneira, pois não teriam outro lugar para morar.

A falta de esgotamento sanitário representa outro risco de vida, pois somente uma parte da favela dispõe deste serviço enquanto todo o resto convive com o constante mau cheiro e a exposição a céu aberto de esgoto doméstico, que durante as cheias invade as casas junto às águas do rio e provoca toda a sorte de doenças e infecções. Segundo denuncia dos próprios moradores, estação elevatória responsável por bombear o esgoto desta área para a estação de tratamento esta a mais de um ano

com metade da capacidade, devido a ausência de um dos motores. Desta forma, mesmo as casas que tem esgoto ligado à rede geral, poluem indiretamente o rio Timbó pois . Segundo os agentes de saúde que atuam na área a contaminação do solo, bem como da água, provoca um alto índice de enfermidades entre crianças, atendidas pelas unidades de saúde local.

Foto 3 - (acima) Moradora transporta água potável entre as emulsões de lama do esgoto. **Foto 4 - (lado)** Esgoto e lama da chuva se misturam em canal a céu aberto. **Fonte:** Mateus Araújo 01/2013.

A maioria das ruas não possui nenhum tipo de pavimentação o que dificulta o acesso de serviços básicos de transporte, é muito comum entre os moradores denúncias quanto às más condições de deslocamento, principalmente no período de chuvas. Quando estes muitas vezes não dispõem nem mesmo de uma ambulância ou taxi para transportar familiares enfermos ou em tratamento. A falta de pavimentação proporciona o desgaste físico do trabalhador que todos os dias enfrentam uma trilha de lama e esgoto, uma vez que a inexistência de um sistema de esgotamento pluvial soma-se as águas servidas expondo o transeunte a uma rotina de péssimas condições de salubridade. As poucas ruas asfaltadas como as ruas: Abelardo dos Santos (limite oeste da favela), a Rosa Lima dos Santos (principal acesso ao Timbó de baixo) e um

trecho da Nossa Senhora de Fátima. Embora a pavimentação não signifique garantia de conforto ou mesmo de acesso a esses moradores, pois as péssimas condições do serviço provocam a necessidade de uma manutenção constante, que via de regra é feita pelos moradores.

Foto 5 – Rua Rosa Lima dos Santos, entrada sudoeste do Timbó. **Fonte:** Mateus Araújo 01/2013.

Outra maneira de acessar a parte de baixo do Timbó se dão pelas ruas Margarida Alves e a travessa São Paulo, embora as duas apresentem sérios problemas de infraestrutura. Por sinal, durante uma incursão noturna à favela presenciamos uma prova do descaso do poder público com os moradores, pois a empresa que está executando a obra de pavimentação da travessa São Paulo rompeu o encanamento que fornece água a metade das habitações do Timbó de baixo no fim da tarde de uma sexta-feira, que segundo os moradores só voltou a funcionar normalmente na segunda-feira pela manhã, quando a empresa se dispôs a reparar a rede de fornecimento.

Foto 6 (esquerda) – Rua Sem Nome com galeria de esgoto exposta. **Foto 7 (direita)** – Travessa São Paulo à noite. **Fonte:** Mateus Araújo 01/2013.

A situação da pavimentação antecipa o que observamos sobre as calçadas, as poucas que existe são desniveladas e feitas pelos próprios moradores, obrigando o pedestre a caminhar pelas ruas não pavimentadas, sobre as condições anteriormente citadas. É comum que o deslocamento interno seja feito caminhando, quando muito com o auxílio de bicicleta ou motocicleta, uma vez que a declividade acentuada, as crescentes ravinas e a falta de pavimentação ao uso do automóvel. Assim o tráfego de carros fica condicionado às margens da favela, pois nesta as ruas são mais largas, pois estão próximas da malha formal do bairro, provida de infraestrutura. Em relação ao bairro dos Bancários a infraestrutura provida no Timbó está muito aquém do desejável, como podemos ver na tabela **1.4** abaixo.

COMPARAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA URBANA BÁSICA POR DOMICÍLIO ENTRE O TIMBÓ E BANCÁRIOS

Dados quanto ao número de Domicílios		Bancários	Timbó
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Rede Geral	3433	226 a 351
	Poço ou nascente em propriedade	160	0 a 0
	Outra forma de abastecimento	3	1 a 1
DESTINO DO LIXO	Coletado	3591	225 a 314
	Coletado por serviço de limpeza	3487	128 a 313
	Coletado em caçamba ou serviço de limpeza	104	0 a 97
	Queimado	-	0 a 1
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	0 a 1
ABSTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	Sem energia elétrica	5	-
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e medidor exclusivo	3458	213 a 298
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e medidor comum a mais de um domicílio	91	7 a 8
	Com energia elétrica de companhia distribuidora sem medidor	41	3 a 7

Tabela 4 – Domicílios particulares permanentes na favela do Timbó – energia elétrica. **Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em um rápido passeio pelo bairro dos Bancários o que se verifica é o oposto do que ocorre no Timbó, um traçado ortogonal com ruas pavimentadas e uma rede de abastecimento de água produzida nos últimos trinta anos. Este bairro sofre um gradativo aumento dos investimentos em infraestrutura urbana pelo poder público. A construção de espaços de lazer e recuperação de praças elevou nos últimos dez anos os índices relativos à qualidade de vida neste bairro, e mesmo as escolas públicas que atuam nele são conhecidas pela cidade por ter uma qualidade de ensino diferenciada. De acordo com o relatório de prognósticos e proposições de intervenção, elaborado pela Secretaria de Planejamento (2006/2007) não existe nenhum outro assentamento informal nos Bancários, apenas o Timbó. Desta maneira, uma intervenção no sentido de regularizar esta favela dotando-a de infraestrutura e promovendo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social projetos contínuos poderia consolidar no bairro dos Bancários um exemplo de intervenção urbanística de profundo caráter político ideologizante, reafirmando as relações de classe no conjunto da sociedade pessoense.

Segundo as tabelas 3 e 4, percebemos como existe um padrão entre as condições de infraestrutura apresentadas nas favelas de João Pessoa, pois estes se apresentam também na favela do Timbó, talvez por este motivo vigore como área de médio risco na classificação da secretaria de planejamento da prefeitura. A distribuição de energia elétrica é feita por meio da companhia concessionária, com medidor individual por habitação, tal serviço foi recentemente regularizado para eliminar o desvio de energia elétrica, o “gato”. Fatores como este apontam o projeto de urbanização em curso no Timbó como a consolidação de um processo iniciado por seus moradores no sentido de apropriar-se deste espaço, que aos poucos é apropriado pelo Estado em razão dos investimentos realizados no bairro. Entretanto cabe a esta reflexão observar os desdobramentos deste processo, uma vez que não serão mantidas as condições de produção existentes até o momento.

Outros equipamentos urbanos como abastecimento de água e a presença de serviço de saúde mesmo precário reafirmam sua condição de espaço segregado. Outrossim, as representações simbólicas construídas em torno da favela razão das relações de conflito entre estes e os moradores do Bancários podem ser observadas na

fala dos moradores, que apontam um preconceito antigo contra o Timbó. Tanto nas relações interpessoais no cotidiano do bairro, como nas relações de trabalho. É comum que eles tenham que omitir a rua, ou o fato de morar no Timbó, para conseguir um emprego até mesmo em outros bairros da cidade.

Preconceito reproduzido no nível do lugar pelos próprios moradores, uma vez que existe uma disputa interna entre os moradores que já desfrutam de alguma maneira da infraestrutura urbana disponível na periferia da favela. Estes se identificam com o bairro dos Bancários, reproduzindo a rejeição destes pelos moradores da favela do Timbó, ou seja, eles mesmos. Embora não se verifique um padrão estatístico que sustente tal afirmação, no que diz respeito às condições de produção da vida nesta localidade. Representado pelo setor (C) - este grupo de moradores apresenta as mesmas características básicas dos outros moradores do Timbó, com variações que não sustentam tal discurso de superioridade. Igualmente, a ilegalidade da ocupação da terra os coloca na mesma posição de ocupantes, de tal modo que a identificação com o bairro parece ter função de negar a condição de morador da favela para não ser alvo dos mesmos infortúnios.

Ademais os dados nos permitem a avaliar o perfil do espaço construído, uma favela composta basicamente por casas de único pavimento, com poucas em situação de aluguel, de modo que muitos moradores tem mais de vinte anos que ocupam a área e moram em casa própria. O abastecimento de água é feito na totalidade pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba, e quase todas tem banheiro de uso exclusivo, embora muitas ainda despejem seu esgoto em valas a céu aberto ou direto no rio Timbó. O serviço de coleta de lixo domiciliar é feito por empresa de coleta, atualmente pela impossibilidade de circulação do caminhão o serviço é oferecido por meio de caçamba e carroça, que coleta nas casas mais próximas ao rio, onde é difícil o acesso.

O recorte proporcionado pelas entrevistas realizadas em campo, além das valiosas incursões espontâneas a esta favela nos apresentaram um cenário diverso, mesmo na escala do lugar, desvelando conflitos políticos pela disputa deste espaço entre o poder público, as associações políticas locais e a iniciativa privada. Esta

disputa ocorre em diversos campos, entre eles as associações políticas conduzidas por moradores com formação católica, como nos espaços institucionalizados, vide orçamento participativo e fóruns setoriais promovidos pelo Estado. Estes elucidam sua condição de trabalhadores rurais e o domínio da estrutura do Estado sobre os mesmos. A memória de ocupação do lugar aparece entre os moradores mais velhos, nos quais é possível observar uma nostálgica necessidade de morar no vale ou mesmo perto do rio que a trinta anos representou o espaço do lúdico, assim como fonte de recurso necessário ao consumo diário, seja na lavagem de roupa ou na dinâmica de casa.

Os elementos observados in loco, por meio do trabalho de campo contribuem com o debate relativo à como o poder público vem planejando suas ações e estratégias, quer urbanas ou ambientais, para as favelas originadas neste momento de produção da cidade de João Pessoa. Sua escolha se deu mediante observação de certos aspectos que evidenciam sua singularidade, dentre os quais destacamos: sua localização nas proximidades da várzea do rio Timbó; os visíveis níveis de degradação socioambiental; o fato de situar-se em uma área de risco ambiental, pois a favela espalha-se, também, por uma área de encosta, com ocorrência de deslizamentos, bem como de inundações; a estigmatização/segregação de seus moradores como favelados, posto no sentido, igualmente, da criminalidade/da violência, sobretudo pelos moradores dos bairros circunvizinhos.

Fatores que observamos repetidos em vários outros assentamentos urbanos na cidade, características que acreditamos elemento fundamental da produção da cidade de João Pessoa. As favelas em córregos de rios são a contradição no processo de produção periférica da cidade, ou mesmo a resistência a este, pois incorporam o urbano a sua maneira e sustentam o conflito no seio do processo de valorização. Em muitos casos estas áreas não resistem aos apelos da iniciativa privada, embora para o Timbó, como muitas outras favelas de João Pessoa, a apropriação dos espaços institucionalizados de disputa política tem sido um paliativo para suas reivindicações a muito adormecidas.

2 – MARCO LEGAL PARA UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE INTERVENÇÃO EM FAVELAS

Neste capítulo apresentamos as diretrizes que regem a produção do espaço na favela do Timbó, por meio dele analisamos o marco regulatório para a produção do espaço urbano. Para tanto, tecemos um breve histórico sobre o conflito pela pauta reforma urbana na constituição de 1988 ao de sua implementação, mediante a promulgação do Estatuto da Cidade. Apontamos no Plano diretor de João Pessoa as diretrizes para intervenção em assentamentos precários. Avaliamos a projeção das diretrizes internacionais de produção na cidade de João Pessoa por meio do Relatório do Banco Mundial para as Cidades Brasileiras.

Tratamos no capítulo anterior da produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa, bem como das transformações produzidas ao longo de sua história. Resultado do conflito de interesses, esta cidade é produzida ao passo que a sociedade pessoense reproduz seu modo de vida. Os itinerários laborais, o lazer promovido pelo litoral próximo, e seu longo conjunto de enseadas, comportam o conteúdo urbano, que remodela o espaço e cria esta cidade. Dinâmico ele provém da ordem que rege a cidade capitalista.

Para Lefebvre (2006) a mediação entre os distintos níveis desta ordem é papel da cidade, as relações dentro deste espaço têm várias instâncias de regulação, uma delas é a normatização legal. Produzida no âmbito do Estado ou à margem do corpo jurídico institucional (relações particulares geralmente associadas à micro territorialidades), as leis que regem um território constituem um valioso instrumento de análise das práticas sócioespaciais. Os processos hegemônicos de produção do espaço sofrem influência de seu regulamento, assim como a extensão do poder político do Estado.

Isto porque as práticas individuais, orientadas pela ordem urbana, produzem particularidades no tecido da cidade, para garantir sua permanência estas tem de estar de acordo com o regimento deste espaço, caso contrário haverá conflito com o poder

hegemônico. A favela do Timbó ilustra esta situação, devido às particularidades de seu processo produtivo, os grupos sociais que produzem este espaço contrariam seu regimento estabelecendo regras próprias, para o que consideram o seu lugar. Portanto, para avaliar as práticas de reprodução do Timbó, se faz necessário revisar as diretrizes que regem o uso do solo na cidade. É sobre a sua produção que tratamos no decorrer deste capítulo.

2.1 – A construção da constituição de 1988: uma luta por direitos na cidade

A instalação de equipamentos urbanos nas cidades brasileiras se dá prioritariamente em áreas com alto valor incorporado, ou em processo de valorização. O amplo acesso desses equipamentos à população é resultado do embate político em torno reforma urbana, fruto da reflexão sobre os problemas gerados na expansão das cidades brasileiras no decorrer do século XX. À medida que o Estado produz a cidade visando à valorização e modernização dos espaços da classe dominante, uma parcela cada vez maior passa a reivindicar tais equipamentos como um direito do morador da cidade. Notadamente o momento que antecede o golpe militar, entre os anos de 1950 e 1964, foi de fomento de ideias e intensos debates sobre a problemática urbana, sobre o período Maricato afirma (2011, p.97):

O contexto histórico era de intensa mobilização da sociedade civil e de debates das grandes reformas sociais nacionais: agrária, da saúde, da educação, da cultura entre outras. Debatia-se a tecnologia mais adequada aos recursos nacionais e às necessidades sociais. Aparentemente, estava dada a oportunidade de construir um caminho emancipador para uma sociedade formada sob a dominação externa. Apenas 50% da sociedade era urbana e a vida nas cidades era agradável, mas as capitais já forneciam amostras, por meio das favelas e periferias existentes então, do que viria a ser o futuro, caso não houvesse uma mudança no crescimento com desigualdade.

Na década de 1960 foi realizado o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, em Petrópolis, RJ, neste congresso foram discutidas reformas sociais Maricato (2001). O modelo de urbanização brasileira estava sendo contestado de tal modo que o presidente João Goulart (1961 a 1964), apresenta um projeto de reforma urbana, considerado por Souza (2006) um marco para o debate em torno das cidades por seu caráter progressista. Para o autor, esta reforma urbana deve superar a forma possibilitando,

[...] uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social. Enquanto uma simples reforma urbanística costuma estar atrelada a um entendimento estreito do que seja o desenvolvimento urbano, pode-se dizer que o objetivo geral da reforma urbana, em seu sentido mais recente, é o de promover um desenvolvimento urbano autêntico (SOUZA, 2003, p. 112-113).

O caráter progressista das reivindicações pela reforma urbana contraria os interesses da elite conservadora, para Saboya (2007), o Golpe Militar de 1964 representou um retrocesso a essas reformas, revertendo as conquistas obtidas até então. As sanções à liberdade de expressão e os Atos Institucionais sufocaram os debates acerca da produção da cidade. Enquanto o impulso decorrente do investimento na indústria de base, mobilizou uma massa de trabalhadores de todo o país a se deslocar do campo para as cidades. Potencializando os processos de crescimento dito desordenado, mesmo em pequenos núcleos urbanos como João Pessoa.

Embora o aparato repressivo do Estado tenha agido para coibir o debate sobre direitos em todo o país, usando as Forças Armadas Nacionais, o debate em torno da reforma urbana continuou ocorrendo. Abertamente o debate somente seria retomado na década de 1980 por ocasião da reabertura política e a luta por uma assembleia constituinte.

[...] quando a abertura política iniciada ainda durante o governo Geisel estava prestes a culminar, ao término do governo do general Figueiredo, com a eleição indireta do primeiro presidente civil desde o golpe, a

perspectiva de elaboração de uma nova Constituição para o país serviu como um catalisador para a recomposição do campo da reforma urbana. Recomposição essa que se dava, então, em um plano qualitativamente superior: novas questões e perspectivas haviam sido acrescentadas e a questão da moradia, embora permanecesse fundamental, já não monopolizava tanta as atenções. A bandeira da reforma urbana torna-se diversificada, acompanhando as mutações por que passara o Brasil, o qual se apresentava, então, muito mais urbanizado e complexo que aquele de vinte anos antes (SOUZA, 2006, p. 157).

Embora o poder hegemônico detenha o controle sobre a legislação a pressão exercida pelos movimentos populares surtiu efeito mesmo no âmbito do Estado. A criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), em 1985 pelo governo federal fomentou o debate sobre a atuação do Banco Nacional de Habitação como expõe Rodrigues (1988). Como resultado desse debate, em 1986 o BNH é extinto, parte de suas funções creditícias é transferida para a Caixa Econômica Federal. Ao final da década de 1980, o conteúdo da reforma urbana já fora bastante debatido e suas características progressistas eram evidentes (SOUZA, 2006). Os debates em torno da problemática urbana no período, propiciaram a criação de um movimento e do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Faziam parte do Movimento Nacional de Reforma Urbana entidades profissionais, ativistas independentes, entidades acadêmicas, associações de bairro e outras. Rolnik (2010) atesta a pressão política do movimento, para que o maior número possível de demandas sociais fosse contemplado no texto da Constituição promulgada. Aspecto digno de destaque no processo de construção da Constituição de 1988, as emendas populares, dão o caráter democrático à constituinte. Buscando apaziguar o clima de violência e imposição da ditadura militar, a constituinte abriu possibilidade para que a sociedade civil encaminhasse ao congresso propostas de leis, subscritas por trinta mil eleitores, no mínimo. Uma importante emenda popular proposta ao Congresso Nacional constituinte foi a da reforma urbana, ratificada pela assinatura de aproximadamente 130.000 eleitores Souza (2006).

Como questiona Maricato (2011), ainda que o Congresso fosse obrigado a receber as emendas populares, a sua incorporação ao texto constitucional dependia de

aprovação por parte dos deputados constituintes, o que transformou as referidas emendas em instrumentos de cunho consultivo, mas não deliberativo. A emenda relacionada à reforma urbana foi transformada pelos interesses da elite, instalada no controle das instituições políticas do Brasil. Embora existam inúmeros motivos para lamentar os “reparos” que as emendas populares sofreram a nova Constituição pode ser vista como um avanço.

Estruturada em nove títulos e mais de duzentos artigos, a atual Constituição representa, na visão de autores como: Maricato (2011); Gohn (2003); Souza (2006), um progresso no que concerne à implantação de dispositivos que prezam por mais direitos sociais. Bem sabemos que entre os textos das leis e sua aplicação, existe um tortuoso caminho a ser percorrido, mas contamos com os princípios legais que servem de amparo jurídico para muitas lutas sociais. Maricato (2011), afirma que esta vitória foi apenas parcial, sobretudo no que tange a função social da propriedade urbana, se tratando de uma manobra política associá-la à existência de uma lei federal e do plano diretor, burocratizando sua efetivação.

Outro ponto nebuloso diz respeito ao que seria “função social” vinculado com frequência ao desenvolvimento das atividades econômicas. A atribuição de valor econômico ao espaço produz segregação social, produzindo o efeito oposto, pois nega a função social da propriedade urbana. Relacionados à política urbana, restaram dois artigos (182 e 183) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os quais serão reproduzidos abaixo:

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Para vigorar, os dispositivos referentes à política urbana necessitam regulamentação, passível de ser realizada através de leis complementares. Mesmo promulgada a nova constituição brasileira, é necessário lutar pela regulamentação da política urbana nacional. Apesar da pressão popular os interesses das elites conseguiram adiar a regulamentação em mais de dez anos, como afirma Maricato, “apesar do esforço de alguns e do agigantamento dos problemas urbanos, a sociedade brasileira iria esperar mais de uma década para ver regulamentado o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988” (2011, p. 101). A proposta do senador cearense Pompeu de Souza o Projeto de Lei (PL) 5.788/90, que regulamentou os

artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O que representou um avanço no campo de disputa política pela reprodução do valor de uso na cidade, pelo reconhecimento da habitação como direito, pela criação desta ferramenta no combate à crise habitacional no campo institucional.

2.2 – Crise e política habitacional de 1964 a 2014

A crise da moradia no Brasil é produto do modelo capitalista concentrador e excludente, que rege nossas cidades, a falta de habitações popular é consequência direta dos baixos salários, do desemprego e do subemprego massivo (SILVA, 1986, p. 26). A habitação transformada em mercadoria de alto valor constitui um significativo indicador das relações de controle e exploração do trabalhador na cidade.

A produção da habitação, seja ela de acordo com as normas vigentes ou não, é necessária a existência da terra, ou seja, para a reprodução da mercadoria casa é necessária a disponibilidade de solo urbanizado. Cada vez mais o espaço se torna elemento de disputa. Lefebvre (2008) propõe, em sua teoria marxista da produção do espaço, a mudança da análise através da economia política para uma análise através da ótica de uma economia política do espaço. Nesse sentido, escreve o autor:

A economia política torna-se economia política do espaço. O que isso quer dizer? De início, a mobilização do solo, do espaço, enquanto outrora se falava da riqueza “imobiliária”. O mercado de habitação se generaliza. O espaço, quer dizer, o volume, é tratado de forma a torná-lo homogêneo, suas partes comparáveis, portanto, cambiáveis. A construção deixa de ser um ramo industrial secundário, um setor subordinado da economia. Ele torna-se um setor primordial (LEFEBVRE, 2008 p.152).

As cidades brasileiras aumentam rapidamente de extensão e a habitação bem localizada, passa a ser uma necessidade indispensável para a reprodução da força de trabalho. A habitação se generaliza e, com isso, a construção civil, destinada a

habitação financiada pelo governo, garantindo o retorno do investimento. As classes de menor poder aquisitivo, logo menor capacidade de endividamento, são atendidas pelo setor público ou programas para a urbanização de periferias pela expansão do tecido urbano.

O crescimento das cidades no século XX promove o desenvolvimento deste setor da economia. As reservas de terra em áreas periurbanas são objeto de valorização dinâmica em razão dos investimentos do Estado, valorização que não é acompanhada pelo aumento do salário do trabalhador. Assim o Estado promove um movimento migratório contínuo da massa de trabalhadores empobrecida, para uma periferia cada vez mais distante. Em seu trabalho de doutoramento, Rodrigues aponta questões pertinentes acerca do salário:

Desta ligeira abordagem sobre a contradição entre o fato de o salário expressar, teoricamente, uma remuneração que permita suprir as necessidades de reprodução da força de trabalho e o seu valor real, insuficiente para garantir as mínimas necessidades básicas, entre as quais a moradia, fica evidente que há uma falácia nas tentativas de resolver o problema de moradia. Todavia, incentiva-se o “ideal da casa própria”, ainda que seja necessário pagar pelo direito de morar que não está contido no valor do salário, nem para o aluguel, quanto mais pela compra. (RODRIGUES, 1988, p.62)

Neste ponto levantaremos elementos das políticas habitacionais formuladas e implementadas desde 1964 até o atual momento no Brasil. De certo modo todas tem em sua gênese o argumento de minorar a problemática habitacional, garantindo uma cidade melhor para seus cidadãos. A intervenção do Estado, no campo da habitação popular, depende, em cada conjuntura histórica, da correlação de forças políticas existentes no seio da sociedade (SOARES, 1988 p.53). No Brasil, destacamos três momentos distintos: a criação da Fundação Casa Popular, a criação do Banco Nacional de Habitação e a passagem da política habitacional para a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Contudo, para compreender as relações que produzem o espaço da favela do Timbó avaliamos adiante as políticas para o crescimento das cidades, implementadas a partir de 1964.

2.2.1 – Banco Nacional de Habitação (BNH)

A necessidade de dinamizar a economia, em especial nos setores ligados à construção civil, foi criada a partir da Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, o Plano Nacional de Habitação e o Banco Nacional de Habitação – BNH. Este último funcionou de 1964 a 1986. Nesse plano, segundo Silva (1986) a produção capitalista da moradia foi integrada a um objetivo social maior: a ampliação do mercado de trabalho, através da geração de novos empregos no setor da construção civil e, conseqüentemente, o aumento do mercado consumidor.

Em seu livro Espaço e Política, Lefebvre, demonstra as estratégias do Estado francês na produção de benefícios e controle de classe na cidade. Algumas das estratégias assemelham-se as utilizadas pelo governo brasileiro após a criação o BNH:

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação – isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. Este método chama-se 'Hausmann'. Por 'Hausmann' entendido não apenas a maneira especificamente bonapartista do Hausmann parisiense de abrir ruas compridas, diretas e largas pelo meio de apertados bairros operários, e de guarnecê-los de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas, mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo [...] (LEFEBVRE, 2008 p.189).

Por meio desta estratégia o Estado fortalece o controle da classe trabalhadora, dependente de suas ações devido a oferta de trabalho na construção civil, com frequência, na produção de moradia que não foram ocupadas por essa parcela da população incapaz de arcar com o financiamento. A produção da casa como instrumento de valorização da cidade ou mesmo de dinamização da economia transforma um bem fundamental em mercadoria. Conforme vemos abaixo,

A política habitacional foi orientada pela lógica empresarial, devendo os investimentos ser retornados, na forma de lucro. Estabeleceu-se, assim, uma contradição, uma ambivalência na dinâmica do BNH, criado para atender objetivos sociais, utilizando mecanismos empresariais, articulando os setores público e privado (SOARES, 1988, p.127).

O BNH funcionou, nos mesmos “moldes” dos bancos privados, financiando promotores imobiliários para a construção de habitação, inclusive com a cobrança de correção monetária. Como o sistema previa a adimplência dos beneficiados e o retorno do investimento, não estava destinado a suprir a demanda de moradia da classe trabalhadora, que não dispunha de meios para pagar financiamento. Além de produzir moradia os militares sufocaram a insatisfação popular, promovendo um aumento na oportunidade de emprego. Produzindo infraestrutura para a indústria nacional e investindo na construção civil, e fixando capital na produção de uma mercadoria cada vez mais complexa e lucrativa, a cidade. A produção do espaço serviu para conter as tensões sociais.

A escolha da habitação como eixo da política urbana, deveu-se à tentativa de diminuir as tensões nas áreas urbanas. Atende-se a uma necessidade e uma reivindicação (estabilidade social); acentua-se a filosofia da casa própria (aliados da ordem) e aumenta-se o índice de empregos; e propicia-se o crescimento econômico geral, considerando-se que para a indústria de construção são necessários um grande número de insumos industriais que possibilitariam uma arrancada de crescimento de um “Brasil Grande”, como dizia o jargão do período. (RODRIGUES, 1988, p.57).

Dessa forma, as intervenções urbanas ligadas à construção de conjuntos habitacionais e de infraestrutura urbana, serviram para legitimar o regime autoritário e abrandar os conflitos na cidade. Além disso, a “elite produtiva” beneficiou-se com a aceleração da economia e a “elite especulativa” enriqueceu com a venda da terra para a implantação dos conjuntos habitacionais, e conseqüentemente com a valorização das áreas próximas. A propriedade da casa é transformada em objetivo da classe trabalhadora, e o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi o agente financiador dos grandes conjuntos habitacionais construídos nas cidades.

[...] em meados da década de 70, [é] que o BNH consolida a direção de uma política de desenvolvimento urbano; ou o ramo da construção pesada se afirma frente ao de edificações, a partir de recursos em obras urbanas e polos econômicos. Em 1976, 34% das aplicações do BNH são dirigidas ao saneamento, transportes, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e polos econômicos (DAMIANI, 1992, p. 41).

O BNH teve, portanto, função que ultrapassou a produção da habitação, passando a atuar como promotor da política de expansão urbana. A construção dos conjuntos habitacionais populares, além de não resolver as questões da habitação, acentuou a segregação espacial. Afastados do centro da cidade, em áreas ainda não urbanizadas, a produção destas porções descontínuas da cidade não acompanha uma política de mobilidade urbana, deixando as populações isoladas.

Em uma cidade capitalista, no entanto, especialmente na situada em um país (semi) periférico, o quadro é muito diverso: a segregação está atrelada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades (→*retroalimentação positiva*), ao condicionar a perpetuação de preceitos e a existência de intolerância e conflitos (SOUZA, 2003, p.84).

Com o BNH, o Estado, além de não cumprir o seu papel de garantir habitação para a população de baixa renda, fortalece sua opção pela propriedade privada da terra. Transforma um direito em mercadoria, expropria o trabalhador enriquecendo a elite proprietária monopolista brasileira. Apesar da crítica à produção dos conjuntos habitacionais do BNH, estes foram, por um longo período, a única alternativa à crise habitacional. Notadamente essa política não surtiu o efeito desejado, tendo em vista o alarmante número de favelas espalhadas por todas as regiões do país.

2.2.2 - A Caixa Econômica Federal

Com o fim do BNH em 1986, as funções da administração da política habitacional foram incorporadas à Caixa Econômica Federal que passou a administrar os recursos do FGTS: “A captação de recursos foi viabilizada pelas poupanças compulsórias, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – recolhido pelo Estado, e pelas cadernetas de poupança e letras imobiliárias” (SOARES 1988 p.128). O foco do financiamento se voltou para moradias destinadas a pessoas com renda a partir de três salários mínimos.

A expectativa de transformação com o processo de redemocratização do país, assim como a luta pela reforma urbana, contrariam os interesses da elite financeira, por isso, de 1989 a 2002 não houve programa ou política pública que combatesse o déficit habitacional do Brasil. Os debates acerca da urbanização no Brasil foram travados a partir do acesso à propriedade da terra. As políticas habitacionais produzidas pelo Ministério do Planejamento, sob execução da Caixa Econômica, não garantiram a melhoria das condições habitacionais, sendo necessária a criação de um ministério específico.

Controlar a crise habitacional, a desigualdade social, entre outros conteúdos da produção do espaço nas cidades brasileiras, se apresenta como desafio à gestão pública. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas à reprodução do valor de uso no espaço urbano deve levar em consideração estes conteúdos. A criação do Ministério das Cidades representa um avanço nesse sentido, pois é uma canal de proposição de ideias, descentralizando a produção das políticas urbanas, criando etapas de consulta à sociedade.

2.2.3 - O Ministério das Cidades

O Ministério tem como função primordial fazer cumprir o Estatuto da Cidade, mediante a aplicação do disposto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Dentre os pontos regulamentados, estão a criação dos conselhos das cidades, a realização de conferências e a democratização da gestão das cidades por meio da participação popular. A constituição de comitês técnicos, assim denominados pelo Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, deu origem as políticas setoriais de Habitação, de Saneamento Ambiental, de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana e Planejamento e de Gestão do Solo Urbano. O Ministério das Cidades centraliza as demandas em torno da produção das cidades no Brasil, criando um espaço específico para pensar a produção do espaço das cidades.

As políticas de habitação passaram a ser vista de maneira integrada, garantindo maior participação da população. A instância superior dos espaços de representação social é o Conselho das Cidades, ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, que tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Este que propiciou acúmulo de debate para a aprovação do FNNIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e do SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social). Além da realização da Conferência Nacional das Cidades, um valioso instrumento para garantir a continuidade do debate público entre a sociedade civil os gestores públicos, sobre a produção do espaço urbano. Foi criada em 2006, uma câmara setorial no Conselho Nacional das Cidades para debater, de maneira contínua e permanente, a problemática da habitação popular, ou seja, a habitação de interesse social. Abaixo dispomos uma lista dos programas desenvolvidos pelo Ministério das Cidades, sendo o primeiro deles o programa acessado pela PMJP para a urbanização do Timbó.

Quadro 1 – Programas Habitacionais do Governo Federal, princípios e definições (2002-2009). PROGRAMAS	PRINCÍPIOS/DEFINIÇÃO
1. Apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários (antigo Morar Melhor)	Apoiar estados e municípios, para melhorar as condições de habitabilidade de populações residentes em assentamentos humanos precários, com renda mensal de até 3SM, reduzir riscos mediante sua urbanização, integrando-os ao tecido urbano da cidade.
2. Apoio ao poder público para a construção habitacional destinada a famílias de baixa renda	Apoiar estados, Distrito Federal e municípios, para viabilizar o acesso à moradia de famílias com renda mensal de até 3SM, que vivem em comunidades urbanas e rurais.
3. Programa Habitar – Brasil/ BID (HBB)	Destinar recursos ao fortalecimento institucional dos municípios e à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental, por meio, respectivamente, do Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) e do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS).
4. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)	Oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos com rendimento familiar mensal bruto não superior a R\$ 1.050,00 por intermédio da concessão de subsídio.
5. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)	Elevar os parâmetros da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, agregando esforços na busca de soluções com maior qualidade e menor custo para a redução do déficit habitacional do país.
6. Programa de Carta de Crédito Individual.	Conceder financiamento a pessoas físicas para fins de aquisição ou construção de unidade habitacional nova ou usada, conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional, aquisição de material de construção e aquisição de lote urbanizado.
7. Programa Carta de Crédito Associativo.	Conceder financiamento a pessoas físicas, associadas em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, Companhias de Habitação (COHAB) ou empresas do setor da construção civil.

8. Programa de Apoio à Produção de Habitação.	Conceder financiamentos a empresas do ramo da construção civil, voltadas à produção de imóveis novos, com desembolso vinculado à comercialização prévia de, no mínimo, 30% das unidades do empreendimento.
9. Programa Pró-Moradia	Financiar o acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderantemente de até 3SM.
10. Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	Adquirir empreendimentos novos, a serem construídos, em construção ou a recuperar/reformar com o objetivo de propiciar moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra.
11. Programa Crédito Solidário	Atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda. Neste programa pode-se prever a execução do trabalho técnico-social.

Tabela 5 – Programas Habitacionais do Governo Federal, princípios e definições (2002-2009). Fonte: cidades.gov.br (acessado 08/2013).

2.3 – Diretrizes para a produção do espaço em Zonas Especiais de Interesse Social

A favela do Timbó, recorte espacial em análise neste trabalho, é classificado pela PMJP como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), esta classificação, assim como o Plano de Regularização das ZEIS (PREZEIS), foram instituídos em Recife na década de 1980, no intuito de urbanizar e regularizar áreas de ocupação. Para Denaldi (2003) as intervenções em favela no âmbito PREZEIS iniciaram em 1993, caracterizando-se por obras pontuais sem muita articulação no planejamento macroespacial. Previsto na alínea “f”, inciso V, do artigo 4º do Estatuto da Cidade,

[...] a ZEIS significa uma categoria específica de zoneamento da cidade, permitindo a aplicação de normas especiais de uso e ocupação do solo para fins de regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações (SAULE JÚNIOR, 2004, p. 363).

De acordo com o disposto no Estatuto da Cidade, o Plano Diretor rege a ação dos agentes produtores do espaço, públicos ou privados, quanto ao uso e ocupação do solo no município. O Plano Diretor deve ser executado de acordo com o plano plurianual, e as diretrizes orçamentárias que condicionam as políticas públicas, inclusive a delimitação das ZEIS. O mesmo instrumento normativo é utilizado para classificar o Timbó como uma área sujeita a intervenção, segundo o Plano Diretor (2009) esta favela se encontra em uma Zona Especial de Interesse Social. Devido as suas características, entre elas o risco oferecido pelo, recorte topográfico com variação acentuada, presença de encosta com risco de desmoronamento e proximidade de córrego assoreado provocando riscos, tanto de alagamento quanto pela propagação de enfermidades. Conforme artigo 33 do Plano Diretor (2009) de “Zonas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas primordialmente à produção, manutenção e à recuperação de habitações de interesse social e compreendem:

- I – terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra;
- II – glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificadas, subutilizados ou não utilizados com área igual ou superior a 1.000 m²;
- III – edificações de valor para o Patrimônio Histórico que abriga ocupação plurifamiliar subnormal.

As ZEIS, instrumento do planejamento urbano previsto no Estatuto das Cidades, visam destacar porções da cidade destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social, incorporando assentamentos informais à cidade legal. A favela do Timbó, igualmente listada nos planos de intervenção urbanística da prefeitura caracteriza-se pela grande presença de migrantes, mão de obra barata continuamente atraída do interior do estado para a cidade de João Pessoa. Estão instalados em um sítio não atrativo para a iniciativa privada, entre encostas nuas de um vale escavado pela mineração de areia, e o leito do rio Timbó, sob um terreno instável sujeito a constantes deslizamentos de terra e alagamentos.

Segundo o Plano Diretor, 77 assentamentos precários foram considerados ZEIS⁵, por sua quantidade e as características específicas são agrupadas segundo a prioridade de intervenção, em categorias que variam de acordo com o grau de risco que se encontra a população moradora. São quatro as categorias: baixo, médio, alto e altíssimo risco. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento (2006/2007) o Timbó está classificado área de médio risco, pois apresenta irregularidades jurídicas e de infraestrutura urbana. De acordo com a poligonal traçada para a delimitação desta ZEIS, ela se encontra de 0 a 30% inserida em áreas de alto risco a saúde de seus moradores, devido o deslizamento provocado por erosão da encosta. Assim como risco de inundação e contaminação pelas águas do rio Timbó, sujeito ao despejo cotidiano de esgoto doméstico proveniente deste como de outros núcleos habitacionais instalados em suas margens.

Para impedir o crescimento da favela do Timbó, o entorno é caracterizado como Zona Especial de Proteção de Grandes Verdes (ZEP - 2), a qual tem sua ocupação restringida pela Lei 2.101 de 31/12/1975 e 2.699 de 07/11/79. De acordo com a legislação o sítio deve ser ocupado por parques, atividades de apoio e programas de relocação de famílias de baixa renda. Entretanto o montante de habitações do Timbó, cerca de 800 moradias, inviabilizaria tal empreendimento. Segundo a Fundação de Ação Comunitária (FAC) o Timbó ultrapassa o número de habitações máximo previsto

⁵ Plano Diretor Municipal 2009.

para a área⁶, se tornando uma área passível de intervenção, inclusa na mesma zona residencial do bairro dos Bancários (ZR-3).

3 – A INTERVENÇÃO ESTATAL E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

Vivenciamos na cidade de João Pessoa um momento crítico de sua produção, o processo de regulamentação dos espaços, mote do discurso tecnocrático, reproduz um modelo de desenvolvimento pautado na competitividade entre cidades. A adoção do padrão empresarial na gestão urbana bem como o crescente incentivo a parceria com a iniciativa privada, mobilizam um processo de terceirização de setores desta gestão, no âmbito da administração pública que parece fundir-se ao privado. O que garante mais segurança aos investidores, fator fundamental na produção de uma cidade capitalista.

De central importância para o projeto neoliberal, a produção das cidades competitivas estabelece um marco espacial na reprodução de um modelo urbano: pautado na fluidez dos fluxos financeiros e função comercial da cidade. As políticas federais para as cidades no Brasil buscam projetá-las no mercado internacional. Para isto é preciso adotar gradativamente o modelo urbanístico sugerido pelo Banco Mundial, que vincula a gestão urbana às práticas empresariais e diretamente a iniciativa privada. Segundo análise do Banco Mundial “As cidades tornaram-se o centro da atividade econômica (geram 90 por cento do PIB), com grandes centros se diversificando, aproveitando-se de grandes mercados para insumos e ideias e desfrutando altos níveis de produtividade e crescimento” (Banco Mundial, 2006, p.6).

O mercado financeiro reconhece na cidade a potencialidade do lucro mediante sua capacidade de centralizar atividades financeiras, embora a função de centralização da cidade refira-se também a concentração de pessoas, hábitos, línguas, expressões culturais. Até mesmo elementos que contradizem o modelo de produção capitalista,

⁶ **Art. 13.** Zona não Adensável é aquela onde a carência da infra-estrutura básica, da rede viária e o meio ambiente restringem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o limite máximo de construção é o índice de aproveitamento básico (Plano Diretor 2009, Capt I).

sendo a cidade, portanto um espaço prenhe de conflitos, fruto das desiguais relações de poder e impulsionada pela heterogeneidade urbana, em contradição à homogeneização funcional dos modelos urbanísticos.

Para este capítulo destacamos as diretrizes para o projeto de urbanização da favela do Timbó, proposto pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, que prevê: a produção de infraestrutura urbana, realocação da população em área de risco natural e regularização fundiária dos terrenos ilegais desta favela. Avaliamos a execução da obra ao longo de dois anos (2012/2014), sobre os quais relataremos aqui, fatos que apontam contradições no processo de execução da obra, assim como impressões de moradores sobre o espaço e sua perspectiva diante da intervenção da PMJP.

3.1 – A reprodução do urbano na favela do Timbó

Neste ponto apresentamos o projeto de urbanização para a favela do Timbó. Por meio do qual advertimos como o lugar, categoria fundamental na análise do desenvolvimento urbano da cidade, tem suas particularidades suprimidas pelo urbanismo capitalista. Este último reconfigura o espaço, fragmenta as referências coletivas e individualiza o sujeito, desestruturando sua capacidade de organização social. A negação às práticas produtivas dos moradores de favelas e outros tipos de assentamento precário nos projetos de urbanização é um equívoco. As relações de uso com o espaço propiciam o sentimento de pertencimento a ele, bem como identidade e reconhecimento entre os moradores. O fato dos moradores da favela se sentirem pertencentes ao espaço onde habitam faz com que eles o transformem.

A intervenção pública a qual analisamos trata-se de um projeto da PMJP, para urbanização e regularização fundiária das habitações na favela do Timbó. Para tanto foi realizada a relocação dos moradores em áreas de risco para um conjunto residencial construído em terreno de 12.500 m² conjugado à favela. Segundo a PMJP foram alvo da política 200 famílias, sendo 80 dessas, alvo de reparos na casa e instalação de água e/ou energia elétrica. A ação é financiada pelo programa “Urbanização, Regularização e

integração de Assentamentos Precários”, que relocou 120 famílias para as habitações construídas pela prefeitura, estas tiveram que deixar suas casas, pois estava instaladas próximo a barreira, ou às margens do rio Timbó.

O processo de regularização fundiária da população relocada é feito através do instrumento: Concessão Real do Direito de Uso, com prazo de validade de 90 anos. Enquanto o restante dos moradores pelo processo de usucapião coletivo, ambos, instrumentos conquistados por pressão dos movimentos sociais na produção da constituição de 1988. Sua aplicação pressiona a iniciativa privada a realizar a função social da terra, combatendo a especulação. O período de concessão pode ser renovado pelo mesmo tempo, garantindo o direito a repasse por hereditariedade, o que assegura a transferência da propriedade entre os membros da família, e o domínio da propriedade enquanto o Estado conceder a renovação da concessão.

Com relação à comunidade do Timbó, salientamos que, as famílias em situação de risco, que serão removidas em função da declividade da encosta que ladeia os domicílios (maior de 45°). Deverão ter gratuidade em seu registro de posse, conforme consta em um convênio estabelecido entre a PMJP e a Associação dos Notários – ANOREG para elaborar gratuitamente os registros de posse, reduzindo o custo na regularização fundiária de interesse social. Os dados pessoais de cada uma das famílias beneficiadas com as novas unidades habitacionais foram obtidos através de um levantamento cadastral, registradas as características socioeconômicas de cada morador.

O processo de regularização iniciou paralelamente ao da construção das unidades habitacionais, de modo que os imóveis foram entregues aos beneficiários já com os títulos de posse registrados. Para tanto, a PMJP registrou os terrenos cedidos em seu nome, no Cartório de Registro Imobiliário da Zona Sul. Quanto ao local de construção “a política adotada foi de reassentar as famílias em terrenos localizados no próprio bairro, de modo a se preservar as raízes históricas e culturais de cada comunidade” (PMJP 2009. 11p). Tal medida demonstra alguma atenção ao modo de vida da população do Timbó, embora isolada não seja o suficiente para garantir tudo o que a prefeitura afirma acima. Na figura 7, abaixo observamos as características do projeto de urbanização:

Figura 7 – Características do projeto de urbanização do Timbó. **Fonte:** adaptado por Mateus A. Araújo a partir de Secretaria de Planejamento PMJP, 2011.

Corroboramos com a manutenção das relações de vizinhança, estas potencializam a organização social e possibilitam a reprodução da vida. Os grupos que compartilham de uma memória coletiva mantendo seus laços de identidade possuem uma maior capacidade de organização em torno da produção do espaço urbano⁷. Quanto ao projeto de urbanização da favela do Timbó, o que observamos é a tentativa de suprimir práticas produtivas não condizentes com as relações hegemônicas de produção do espaço urbano.

Um dos objetivos da intervenção é reduzir o risco à saúde dos moradores desta favela, transformando a antiga área de mineração, por meio das tecnologias de infraestrutura urbana. Além da relocação dos moradores das áreas sujeitas a deslizamento, foi realizada a proteção do talude com a construção de gabiões do tipo caixa ao longo dos 295 metros de barreira, assim como o revestimento com biomanta. Na barreira limite sul, foi realizada a compactação do solo e instalação de biomanta, esta é composta por uma trama mista de material sintético e natural para contenção da erosão, propiciando desenvolvimento da vegetação nativa. Conforme observamos na figura 8:

Figura 8 - Modelo de gabião construído na barreira oeste do Timbó. **Fonte:** adaptado por Mateus A. Araújo a partir de Secretaria de Planejamento PMJP, 2011.

⁷ Os espaços urbanos não se limitam também a ser *locais* ou *palcos* da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais; são *produtos*: edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais (MARICATO, 1997, p. 42)

Na imagem abaixo vemos a entrada leste da favela em processo de alargamento e pavimentação, o atraso na obra e a baixa qualidade técnica utilizada na pavimentação, não resistiu ao curto período de chuvas do mesmo ano. Além da rua principal, o atraso nas obras de contenção da barreira promoveu deslizamento e soterramento de moradias no limite oeste e sul da favela. A retirada da vegetação para a circulação das máquinas e viabilização da obra acelerou os processos erosivos, como podemos ver no conjunto de fotografias abaixo:

Foto 8 - Entrada sudoeste do Timbó, 01/2013. **Autor:** Mateus A. Araújo.

Segundo a PMJP tais assentamentos são entregues “com toda a infraestrutura necessária, tais como rede de água, energia, esgotos e todos os equipamentos comunitários necessários, como escolas e creches” (PMJP, 2009. 11p). Tomando como referência o cronograma da obra, o que observamos não condiz com isto, prevista para conclusão em doze meses a obra ainda não terminou. Em Janeiro de 2014, na ocasião do último trabalho de campo realizado na favela do Timbó, as obras iniciadas em 2012 ainda não haviam sido finalizadas. Restando parte do calçamento e drenagem das

novas ruas, além dos problemas decorrentes da má qualidade do serviço oferecido, como do atraso na obra. O atraso na conclusão do trabalho provocou desmoronamento e destruição das obras em vias de acabamento. Como abaixo nas fotos **9** e **10**:

Foto 9 - Entrada sudoeste do Timbó, parcialmente destruída pelas chuvas, 04/2013. **Autor:** Mateus A. Araújo.

Foto 10 - Entrada sudoeste do Timbó, infraestrutura destruída e solo e acelerado processo de erosão 05/2013. **Autora:** Eliane Campos.

No decorrer da obra acompanhamos uma série de equívocos provocados pela empresa construtora, que vão desde pequenos acidentes a problemas estruturais. Nas fotos 11, 12 e 13, vemos a barreira limite oeste, entre o Timbó I e II, onde é claro o processo erosivo impulsionado pela retirada da vegetação pela empresa de pavimentação. O material erodido se depositou nos quintais, comprometendo a estrutura das casas e aumentando o risco de desmoronamento.

Fotos 11 – 12 – 13– Barreira limite oeste do Timbó sem cobertura vegetal: acima 01/2013, à direita 04/2013, abaixo 05/2013.
Autor: Mateus Araújo/Eliane Campos.

Ao longo dos dois anos de intervenção, a obra teve que ser interrompida mais de uma vez, prejudicando a população moradora, principalmente quem habita próximo a encosta. Na foto **14** vemos a encopsta que limita a favela ao sul, o material degradado pelas chuvas se depositou nas paredes e no fundo das casas forçando muitos moradores a deixar suas moradias. Houve casos onde a habitação não havia sido condenada pela Defesa Civil, mas após a intensa chuva deste período os moradores foram obrigados pelo poder público a abandonar a casa. Como vemos nesta nota da PMJP:

A Coordenadoria de Defesa Civil de João Pessoa realiza a partir das 8h desta quinta-feira, a remoção de 41 famílias do Timbó, nos Bancários, que tiveram as casas condenadas pelo órgão por apresentar risco de desabamento. Desde a tarde de ontem, as equipes da Secretaria do Desenvolvimento Social (Sedes) realizaram o cadastramento das famílias para garantir o auxílio-aluguel. Para dar suporte à mudança das famílias, a Prefeitura de João Pessoa (PMJP) vai disponibilizar quatro caminhões e 15 agentes da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) para viabilizar todo o transporte dos bens dos moradores. De forma quase paralela, mais 15 agentes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) fará a demolição das casas construídas em área imprópria e que estão com condições precárias, conforme explicou o coordenador da Defesa Civil [...] (PMJP 12/06/13).

Foto 14 – Barreira limite sul do Timbó sem cobertura vegetal, em processo erosivo, 05/2013.

Autora: Eliane Campos.

É certo que os riscos não advêm somente do soterramento como também de outras fontes, entre eles as doenças relativas a terrenos alagadiços como o do Timbó. O solo argiloso, portanto, pouco permeável, junto às cheias do rio Timbó nos período de chuva provoca o acúmulo de água na superfície, condições propícias para o desenvolvimento de vermes e bactérias, assim como de mosquitos como o *Aedes Aegypti* transmissor da dengue. Na foto 15 vemos uma das casas instaladas às margens do rio Timbó, onde o aumento do nível de água invadiu a moradia, impossibilitando o seu uso.

Foto 15 – Casa instalada na área de alagamento, 04/2013. **Autor:** Mateus Araújo.

Verificamos ao longo da pesquisa o crescente descontentamento dos moradores do Timbó com a demora na entrega das habitações. Este atraso, somadas as péssimas condições as quais foi submetida esta população durante a execução da obra, e ao regime severo de chuvas, criou as condições que levaram a população do Timbó à ocupar as habitações recém-construídas. Em junho de 2013, após reivindicar por mais de um mês as medidas paliativas necessárias ao período de chuvas, os moradores do Timbó, correndo risco de vida, ocuparam as habitações ainda em fase de acabamento. Como reivindicavam: a imediata acomodação das famílias que perderam suas casas, e a conclusão da obra.

Foto 16 – Vista para a barreira oeste desmoronada, 04/2013. **Autor:** Mateus Araújo.

A fotografia **3.9** mostra a visão da barreira oeste a partir de uma rua do Timbó de baixo, onde o volume do deslizamento assusta pelo risco que oferece aos moradores, tanto da parte superior quanto inferior da favela. Na fotografia **3.10** um canal de drenagem recebe o esgoto e o escoamento das águas da chuva, canalizando-o para o rio Timbó.

Foto 17 – Canal a céu aberto em Rua sem nome. **Autor:** Mateus Araújo.

A ocupação do conjunto habitacional construído pela PMJP revelou falhas estruturais nas edificações, como rachaduras e infiltrações, mesmo nos prédios que estavam concluídos, e esperavam a conclusão do restante da obra para ser entregue. Durante o processo de reintegração de posse, executado pela Polícia Militar, um morador do Timbó, acusado de estar foragido da prisão, foi morto em perseguição. Demonstrando como a criminalização da população da favela do Timbó, no processo de produção deste espaço, se projeta sobre do individual ao coletivo. Enquanto isso a Defesa Civil teve que condenar dois dos edifícios construídos pela prefeitura, os quais apresentavam sérios problemas de infiltração, comprometendo a sua estrutura (ver foto 18).

Foto 18 – Habitação recém-construída com problemas estruturais, 05/2013. **Autor:** Mateus Araújo.

Como alertado por um morador durante a pesquisa, verificamos que a pavimentação das ruas da favela e do conjunto habitacional, não contam com a construção de canais de drenagem pluvial, um erro técnico que compromete a durabilidade da obra. Em razão de a área ter declive acentuado e situar-se às margens de um rio, desta maneira a obra potencializa o volume e a velocidade da água, principalmente em período de chuva constante, como são os meses de Junho e Julho. O mesmo morador denuncia a construção de um canal de drenagem direcionado para a

nascente do Rio Timbó, destino da drenagem superficial da área do novo *Shopping Center* em construção no bairro de Mangabeira.

Foto 19 – Ruas do conjunto habitacional cedem durante as chuvas, 05/2013. **Autor:** Mateus Araújo.

O segundo projeto que mostra o calçamento e o esgoto num foi divulgado não. Que eu me lembre, eu assisti todas as reuniões sobre as casas. Eles só fizeram dizer que iam colocar calçamento na comunidade. Porque se fosse assim, você ser chamado pra dar um "pitaco", dizer como as ruas vão ser tinha bastante gente que iria, principalmente sobre o calçamento. Eu que não sou engenheiro nem nada só morador da comunidade, mas tem um bocado de erro que, antes de terminar, deviam voltar atrás e ver o erro. Porque depois a comunidade vai sofrer mais ainda. O primeiro é que pra fazer os calçamentos eles tinham que fazer as boca de lobo pra água pluvial, água da chuva, e não tem e essa água se ela pega uma queda de 1 metro de diferença, quem tá na frente como vai escapar da força dessa água? Ela leva embora, e as casas são divididas em alta e baixa, e é o caminho das casas que tão embaixo. E no outro lugar aqui que eles tão fazendo um negócio muito errado, tão trazendo uma água lá de Mangabeira para aí pra dentro, um esgoto de onde eu trabalho, aqui num tá aguentando o da gente (entrevista com Roque 04/2013).

As advertências feitas pelo morador são fundamentais, entretanto, o agente produtor desta intervenção, a PMJP, negligência este campo de ação ao morador da favela, igualmente agente produtor deste espaço. A medida de sua reivindicação pelo direito de opinar com o seu "pitaco", nos rende a reflexão, porque o morador não pode

ser ouvido? Indiferente ao fato de ser pedreiro ou engenheiro, o morador aponta um problema real de infraestrutura, a ausência de canais de escoamento pluvial no conjunto habitacional recém-construído. Como verificamos na foto **19** (acima), assim como na projeto de urbanização (anexo A), a ausência de um plano de escoamento degrada a infraestrutura produzida, antes mesmo de sua conclusão. Outro ponto fundamental na fala do morador é a denúncia contra a obra de drenagem do *shopping center*, construído no bairro Mangabeira, está direcionada a nascente do rio Timbó a qual já apresenta um acelerado grau de degradação.

Abaixo, na fotografia **20** observamos a área destinada pela PMJP ao abrigo temporário do lixo, que segundo os moradores entrevistados não é o suficiente para o consumo de todo no Timbó II. Os mesmos afirmam ter reivindicado um local apropriado para o armazenamento do lixo junto às secretarias responsáveis, mas obtiveram uma resposta negativa. Acreditamos que o problema é maior que a aquisição de um depósito de lixo extra, ele se concentra na inexistência de uma política eficaz de controle de resíduos sólidos e educação ambiental nas favelas. Pautada no respeito aos espaços públicos e na construção do sentido de patrimônio pelo uso, é preciso criar uma política de tratamento e destino de materiais recicláveis, bem como de uma estrutura para a realização desta tarefa.

Foto 20 – Local destinado ao armazenamento do lixo no Timbó, 05/2013. **Autor:** Mateus Araújo.

As famílias que ocuparam os prédios do conjunto habitacional, sofreram reintegração de posse da Polícia Militar e foram transferidas para o Ginásio Poliesportivo Prof.^a Maurina Ferreira do Egito, até que a PMJP disponibiliza-se verba de emergência para aluguel provisório. Tal ação da PMJP demonstra como a produção deste espaço caracteriza-se pelo constante exercício do controle do Estado, sobre a reprodução das relações sociais de produção. Quando vemos que, em busca do seu direito de morar, a população do Timbó foi oprimida pelos instrumentos coercitivos do Estado e submetida às condições de habitabilidade observadas nas fotografias **21** e **22**. Eventos como este, são parte do cotidiano da população moradora de favelas em João Pessoa, que sofrem uma constante atuação do que Ferreira (2011) defende como políticas de esquecimento, a manipulação do esquecimento, marcada pela ação de atores públicos encarregados de transmitir a memória oficial.

Foto 21 e 22 – Moradores do Timbó abrigados pela PMJP em Ginásio Poliesportivo, 05/2013. **Autor:** Eliane Campos.

O questionamento que fazemos advém da necessidade de reafirmar o cerceamento de direitos a classe trabalhadora, em especial o direito a reprodução da vida em espaços segregados como a Favela. A produção destes espaços se dá devido à intensa concentração de renda e monopólio da terra, que caracteriza entre outros, o processo de produção das cidades brasileiras. Por sua vez, as favelas destoam

morfologicamente da cidade legal⁸, estes fragmentos da cidade por vezes apresentam fronteiras nítidas, marcadas por características como: a ausência de pavimentação, do revestimento externo das edificações, as instalações de esgotamento sanitário sem padronização e a céu aberto. Entretanto outras particularidades se apresentam na favela, muitas das quais recriam as funções dadas pelo discurso coercitivo das cidades capitalistas. A função da rua é uma dessas particularidades, na favela do Timbó como afirma esta moradora em entrevista:

É porque, é diferente a rotina da gente dentro da comunidade, porque é um lugar onde a gente se encontra, onde o pessoal faz a sua festividade fora, é onde a gente faz alguma mobilização externa, então a rua ela vai ter outra conotação pra gente né? Vai ter assim nesse ponto também de ser um espaço que a gente vai circular, mas é diferente um dia na aqui na rua nossa e um dia na rua da cidade né? As pessoas vão passar, uns vão se conhecer, mas a maioria que vai passar vai se cumprimentar, as crianças vão estar na rua aí. Com o calçamento, uma coisa que a gente vai ficar muito alerta é a questão da circulação dos transportes com maior rapidez, realmente é uma preocupação que o pessoal tem, tão fazendo lombadas nas ruas, quem já tem calçamento aí. (entrevista com Juliana 04/2013).

Em contrapartida a rua funcional, projetada para o fluxo veicular, na favela do Timbó ela se realiza no encontro entre as pessoas, contato que produz relações políticas dentro deste grupo. Tanto que a rua é da festa, mas também da “mobilização externa”, de circulação e de cumprimentar. Em sua condição de grupo ativo, produtor do seu lugar, os moradores que já dispõe de calçamento em seu endereço produziram redutores físicos de velocidade. Embora o Estado considere essa prática ilegal, os moradores, continuam a reproduzi-la, evidenciando o conflito ideológico entre: a perspectiva hegemônica de produção da cidade capitalista, e os resíduos que oferecem resistência a este processo. Em sua resistência a estes processos, os moradores do Timbó reproduzem referências de seu lugar de origem, reproduzindo sua concepção de cidade a partir da memória, em contrapartida ao encarceramento promovido pelos ideais do urbanismo funcional do capitalismo financeiro.

⁸ Hardoy & Satterthwaite (1987)

Por memória podemos compreender reminiscências, através das quais nos encontramos com o passado, repetição de atitudes e sentimentos dos quais raramente nos damos conta, construção e reconstrução de nossas identidades ao longo de nossas vidas, e até mesmo o inexplicável saber. Estes são, no entanto, aspectos da memória que só podem coexistir e serem criticamente analisados numa orientação que considere que eles não só se transformam ao longo do tempo, como também transformam o presente à medida que reinterpretam o passado (SANTOS, 2012 p.166).

A memória, muito além da acumulação de lembranças é produto de acumulações de tempos, tem como ponto de partida: imagens, lembranças, ancoradas no lugar. Capazes de reestruturar as relações de produção de indivíduos ou grupos sociais com o espaço, a memória nos possibilita superar os equívocos de um momento anterior, sendo esta, ponto de partida de processos de transformação do espaço socialmente produzido. Encontrar-se com o passado como afirma a autora acima, é se encontrar com as ações que desencadearam o tempo vivido, este que colocamos em análise ao observá-lo sobre a lente crítica das atitudes do passado, as mesmas que o produziram. De tal modo que este passado somente constitui uma memória quando usado para transformar o presente, posto que de outra forma fosse somente uma lembrança. A destruição de referências espaciais em meio à intervenção é uma característica do urbanismo capitalista, conforme observamos abaixo, na foto **23**.

Foto 23 – Entrada sudoeste do Timbó, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

Foto 24 – Entrada sudoeste do Timbó com vista para a barreira sul, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

[...]a transformação do espaço vivido pela destruição da memória social, em virtude da liquidação das referências individuais e coletivas – sintoma da “agonia da individualidade”, de “fragmentação da identidade” e da “mutilação do ego” sob os auspícios do capital monopolista. O individual, o qualitativo, o heterogêneo, são excluídos, de um só lance do espaço urbano e do campo científico (MATOS, 1982 p.47).

Refletindo sobre os “sintomas” apresentados por Matos, e mediante a análise das implicações do projeto de urbanização do Timbó, na vida de seus moradores, constatamos como as estratégias de produção do Estado são também estratégias de reprodução de classe. Estado que lança mão de símbolos, na tentativa de estabelecer referências espaciais, produzindo uma referência institucional para a produção do espaço. No decorrer da pesquisa observamos como a instrumentalização da vida pelo controle da memória, pautado na homogeneização da cidade pela supressão das particularidades, propicia a perpetuação a dominação da classe trabalhadora pelo Estado.

Foto 25 – Topo da barreira oeste com vista para o Timbó II, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

A foto **25** (acima) apresenta outro Timbó, onde não existem mais barracos desordenados, ou mesmo o lixo. Os resíduos de vegetação local escondem as particularidades de um espaço igualmente segregado, mas que aos poucos tem sua história apagada e é incorporado ao restante da cidade. A memória, tal qual adverte Halbwachs (1990), mesmo a mais particular, remete a um grupo de referência. “O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado” (SCHMIDT & MAHFOUD, 1993 p. 288).

É nas relações entre os indivíduos e a sociedade que os primeiros constroem suas lembranças. Esta relação se dá no tempo e no espaço, portanto as lembranças decorrentes delas, mesmo que reconstruídas, obedecem a essa relação. A maneira como percebemos o mundo se constitui a partir de uma profusão de experiências que julgamos individuais, ainda mais íntimas, muito embora estas estejam ligadas ao grupo o qual fazemos parte ou com os quais nos relacionamos, pois estes alimentam estas lembranças. A instalação da infraestrutura pela PMJP abre precedente para uma intervenção que ultrapasse a garantia da segurança, reproduzindo o espaço do Timbó e

junto com ele as referências de ordem simbólica que produzem o sentido de grupo entre os moradores deste espaço segregado na cidade (ver fotos 26 e 27).

Foto 26 – Barreira sul do Timbó, 02/2014. **Autora:** Eliane Campos.

Halbwachs (1990) percebe as lembranças como reconhecimento e reconstrução. O primeiro devido ao sentimento do reencontro, a imagem parece reaparecer, é como vivenciar novamente o fato, dessa vez reconstruído pelo percurso realizado no ato de rememorar. A reconstrução pode ser presenciada em dois aspectos: primeiro, pois não é uma mera repetição dos acontecimentos, constitui uma retomada destes no contexto de um conjunto de preocupações e interesses atuais; segundo, pois é diferenciado, não sendo possível localizá-lo num tempo, num espaço ou numa rede de relações sociais. Embora estas lembranças estejam associadas a um tempo e a um espaço não constituem referências precisas destes.

Portanto, podemos afirmar que toda memória é coletiva e, portanto produto de experiências acumuladas historicamente em grupo que, em um nível de análise superior se relaciona com outros grupos e acumula experiências exteriores a este. A memória produzida pelo grupo é responsável pelo sentimento de pertencimento dos indivíduos, conferindo a eles uma identidade no campo histórico, no espaço e no campo simbólico. Este último constitui o campo de conflito mais dinâmico na cidade, uma vez

que o desenvolvimento técnico científico permite uma reprodução cada vez mais rápida dos símbolos do discurso urbano. “Produzimos, damos forma, vendemos representações de ordem simbólica. Uma vez que o valor simbólico e o valor de mercado do objeto se confundem” (JEUDY, 2005 p.20).

A atribuição destes valores se dá no campo das representações simbólicas de classe, mas também no mercado. Duas concepções de valor em disputa pelos espaços de reprodução do discurso urbano na cidade. A regularização do espaço da favela, especialmente da favela do Timbó, nos indica como a contínua pressão política do Estado recria este espaço. Destitui a população ocupante deste potencial, concedendo-lhes o direito de sentir-se legalizado. A conquista do direito à moradia mediante a ocupação do espaço urbano, representa uma subversão à noção de propriedade privada capitalista. Entretanto, mediante a regularização fundiária e requalificação dos espaços da favela, o Estado reproduz não só o espaço, mas as relações tecidas a partir dele, utilizando o urbanismo ideológico como instrumento de controle social. Promovendo assim, a destruição das referências políticas do processo de ocupação, em razão da segurança da propriedade privada da terra.

Foto 27 – À direita a barreira oeste, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

A necessidade de lembrar, característica marcante da construção coletiva da memória, como também a produção dos símbolos de poder, denotam a necessidade de estabelecer referências espaciais próprias. Estas referências são transformadas pela PMJP, desconstruindo as relações de identidade entre os moradores da favela do Timbó. Por meio desta ação, os laços que definem os moradores do Timbó como um grupo social, aos poucos são dissolvidos no espaço da cidade. Tal medida permite a livre realização da troca nos bairros circunvizinhos, não mais ameaçados pelo resíduo de ocupantes ilegais da favela do Timbó. Os restos da obra se confundem com a sucata e o lixo no Timbó, até o fechamento desta pesquisa as obras não haviam sido concluídas, e os atrasos criam precedente para uma contínua e alongada reprodução deste espaço.

Desde que os problemas não sejam resolvidos prontamente, a PMJP terá abertura para intervir neste espaço sempre que ele ameace a dinâmica de valorização do entorno. Embora se arraste por mais de dois anos, a urbanização do Timbó apresenta setores não finalizados, como vemos nas fotos **28** e **29**.

Foto 28 - 29 – Acima o destino temporário do lixo, ao lado os canais de esgoto a céu, 02/2014. **Autor:** Eliane Campos.

Foto 30 – Casa em demolição no Timbó II, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

O Estado produz o espaço comprometido com valores da classe hegemônica, e consequentemente desdobrando-se em referência à memória do sujeito social. Uma vez que o conflito entre esses valores e os de um grupo qualquer se acentua, surgem espaços que reproduzem relações conflituosas, como a favela do Timbó. Esta condição conflitante da favela, de repressão as suas estratégias de reprodução espacial, assim como às representações simbólicas vivenciadas neste processo, podem ser observadas no constante aparecimento dessa temática junto ao cancionero popular. “Desde a sua origem, portanto, a tematização da favela no cancionero popular, para além da afirmação dos laços de pertencimento ao lugar, reflete a especificidade de uma história marcada por conflitos, preconceitos e estigmas, resistência e vitalidade” (OLIVEIRA & MARCIER, 1998 p. 01). Além do cancionero existem outras expressões que consagram a favela como espaço de produção de um discurso próprio na cidade, como o grafite, o picho, o rap, entre outros que evidenciam práticas produtivas e seus lugares de memória na favela.

Foto 31 – Crianças brincam onde havia moradias do Timbó I, 01/2014. **Autor:** Mateus Araújo.

A produção de uma memória a partir de símbolos e expressões próprias, constitui muito mais do que um instrumento de recordação das transformações naquele espaço. Este é um campo de resistência, uma vez que as condições econômicas impostas aos grupos minoritários os impelem aos espaços de segregação. Na tentativa de espoliar sua identidade, sua relação de pertencimento com a cidade e com grupo o qual se relaciona, o morador da favela é privado do direito ao descanso, transformando-se em instrumento de trabalho: barato, substituível, despersonalizado. Em função da manutenção do ritmo produtivo do capital e da concentração de riquezas no Brasil, reproduzimos valores da classe dominante, superexplorando a classe trabalhadora. A favela do Timbó constitui na cidade de João Pessoa a expressão viva da exploração da classe trabalhadora, da migração do homem do campo, marcando um momento fundamental da produção das cidades brasileiras, a memória que não devemos esquecer.

3.2 O valor que produz a cidade

A adoção de modelos internacionais no planejamento das cidades brasileiras é uma prática que reafirma a função econômica do espaço urbano brasileiro mediante sua exploração pelo mercado imobiliário. Carlos (2007), afirma que os processos mundiais produzem lugares sofisticados e, assim como lugares precários, pois promovem fragmentação, valorização e hierarquização espacial. A adoção do discurso tecnocrático na defesa de uma “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Urbano, que revitalize o compromisso dos líderes urbanos e do setor privado, e forneça um marco de referência para o desenvolvimento urbano no país” (Banco Mundial, 2006). O termo “líderes urbanos” faz referência às cidades e seus gestores, que agora são investidos de ir além do planejamento para a cidade, projetando-a para o mundo do mercado internacional.

Esta concepção de “desenvolvimento urbano” produz uma cidade cujo papel é concentrar as atividades financeiras, pautada no desenvolvimento econômico e regida pelo monopólio e especulação da terra, instrumento central de valorização do urbanismo capitalista. A produção de infraestrutura sob o discurso de proteção ambiental, incluída à função e o grau de inter-relação com o plano global, são fatores de valorização espacial. A “heterogeneidade de atuação [do Estado] no espaço urbano acentua uma “valorização” diferencial de uma área para outra” (RODRIGUES, 1988, p. 20). Tal entendimento hierarquiza as cidades segundo sua capacidade competitiva, produzindo uma disputa por investimento, seja ele privado ou público. Quando a concentração de riqueza é o eixo norteador do planejamento público, as cidades que já acumulam um abundante capital fixo, serão alvo de um montante de investimento cada vez maior, favorecendo o adensamento populacional em torno das mesmas.

A reprodução da cidade capitalista reafirma as condições produtoras das contradições urbanas, uma vez que se sustenta na exploração da mais valia e na reprodução do capital, como funções centrais das cidades competitivas. A hierarquização dos fragmentos da cidade reproduz o processo de valorização, mediante o controle de determinadas áreas, que só podem ser apropriados pelas classes de

maior poder aquisitivo. Enquanto os que possuem poucos ou nenhum desses fatores, tornam-se uma opção a classe trabalhadora expropriada do direito de morar. Estas tomam a forma de desigualdade socioespacial, reproduzidas nos espaços autoconstruídos, nas ocupações de prédios públicos e privados, espaços taxados pelo ordenamento urbano como, irregulares ou ilegais.

Uma vez que reconhece nas contradições da cidade um obstáculo, a intervenção racionalista tende a homogeneizar os espaços, combatendo a heterogeneidade dos lugares. À medida que nos debruçamos sobre a memória oficial da cidade, observamos a supressão do distinto, das lembranças das classes oprimidas, dos moradores de rua, dos movimentos sociais, da Favela. A análise racionalista tecnicista limita a possibilidade de compreensão dos processos de produção da cidade ao que pode ser mensurado, e reduz processos complexos de interação social a bases de dados e elementos matemáticos.

Por seu caráter múltiplo e contraditório tais processos somente podem ser dominados pela razão dialética, uma vez que a análise das contradições urbanas acompanha a aceitação de sua diversidade, e que as formas espaciais resultantes desta, reproduzem suas diferenças.

Entretanto, do ponto de vista do racionalismo tecnicista, o resultado imediato dos processos examinados representa apenas um caos. Na 'realidade' que eles observam de modo crítico – subúrbios e tecido urbano e núcleos subsistentes - esses racionalistas não reconhecem as condições de sua própria existência. É apenas diante deles que a contradição é desordem (LEFEBVRE, 2001 p.23).

Consideramos os mais diversos níveis de análise, para proporcionar um esclarecimento maior dos processos os quais observamos. Estes níveis revelam: além da amplitude da rede de atuação dos processos urbanos, os variados ritmos e intensidades de atuação destes. Para Lefebvre a cidade se apodera das significações existentes e, sejam elas política, religiosas ou filosóficas, expondo as mesmas por meio

da “escrita” e da “voz” da cidade, afirma ainda “são ordens aquilo que a cidade transmite. A ordem distante se projeta na ordem próxima” (LEFEBVRE, 2001 p.62).

A ordem distante apresenta uma capacidade de projeção macroespacial, e pode ser: religiosa, política e moral. Embora estas três estejam intimamente relacionadas, não constituem uma unidade, na cidade notamos a unidade entre essas ordens. Do controle do tempo ela hierarquiza os lugares, os ritmos, as pessoas, estabelecendo o “ritmo urbano” enquanto adequado à vida nas cidades. O fenômeno urbano transcende a cidade e englobando a sociedade, promovendo uma mudança no modo de vida. Este tempo não pode ser confundido com o de circulação, pois representa o tempo de reprodução do espaço, agregando a este outros momentos. Estas ordens estão representadas por símbolos e mensagens imperativas, que suprimem as liberdades por meio do ordenamento urbano.

Observamos que na produção do espaço em João Pessoa, a ordem distante projeta-se por meio das diretrizes internacionais de produção de cidades competitivas. Esta mundialização é articulada e fragmentada, uma vez que se realiza de maneira distinta em cada lugar. Isto garante a reprodução do capitalismo em escala global, ressaltamos o Banco Mundial como parte da ordem distante, examinamos sua ação por meio do relatório, Brasil: Elemento de uma Estratégia de Cidades – 2006. A gestão das cidades se volta para tal lógica: quanto mais atrativa ao capital estrangeiro, mais competitivas. A mundialização produz cidades homogêneas, os fragmentos são reproduzidos promovendo sua reinserção no mercado. Estes respondem à mundialização de maneira distinta, ora resistem, reafirmando suas particularidades, ora cedem ao tempo do capital.

O modo como se impõe mediante um discurso unilateral, apresentando um modelo de produção de cidades e buscando sua consolidação como paradigma, frente diversidade urbana, ratifica a concepção de cidade que quer instituir: a padronização de intervenções, os instrumentos de controle social e a exploração da renda da terra urbana, constituem algumas das práticas produtivas centrais. Reproduzir os lugares em função dos interesses da reprodução do capital, produzindo um tecido desigual, devido à apropriação distinta no espaço.

O promotor maior dessas intervenções é o Estado, uma vez que só ele concentra: aporte de capital e a legitimidade capaz de propiciar a reestruturação do marco legal, promovendo a abertura necessária para a adoção do modelo de cidade que está sendo “proposto” pelo Banco Mundial. As políticas públicas de urbanização de favelas em João Pessoa, assim como as diretrizes estabelecidas pelo banco mundial para as cidades brasileiras, pautam suas estratégias de desenvolvimento urbano na valorização econômica de setores da cidade. A concentração de investimento em fragmentos da cidade produz zonas de atração populacional, fragmentos da cidade que terão alto valor no mercado imobiliário.

Em João Pessoa, tal dinâmica aponta para a reprodução dos espaços periféricos, assim como para a requalificação de enclaves em áreas de valorização imobiliária. Para Lefebvre (2001), essa aglomeração nas periferias é produto do fenômeno por ele denominado “implosão-explosão”, que designa a deterioração das relações sociais nos núcleos e bairros tradicionais da cidade. Assim como a transformação das relações de uso, conduzidas pela valorização de seus espaços e pela “expulsão” dos pobres. A contínua expulsão dos moradores de João Pessoa para as periferias, seguida pela expansão desordenada do tecido urbano, produz favelas.

Nos últimos dez anos, o município de João Pessoa, foi alvo de uma série de intervenções marcada, a nível local, por uma mudança no quadro político eleitoral. A negação da elite agrária, que até então, constituía uma força política sem igual, uma fração do poder conservador representante das relações políticas e econômicas entre famílias, que se revezam no poder desde o período colonial. As oligarquias paraibanas que se perpetuaram em função do controle político, como da exploração da terra que lhe foi conferida, levaram a exploração dessa mercadoria a uma condição tal, que não foi possível conciliar o poder político, e o crescente impacto na economia do estado que suas políticas de benefícios de classe produziam. Assim, reproduzindo o resultado eleitoral nacional, assume a gestão em João Pessoa no ano de 2004, um grupo com base de atuação política fortemente assentada na defesa dos movimentos sociais e, portanto, crítico quanto à segregação urbana nas cidades brasileiras.

Embora comprometida com uma base eleitoral muito mais abrangente e politizada, a nova gestão não oferece risco a condição de segregação observada na cidade, pelo contrário, funda um novo momento de reprodução da cidade, mais afeito as estratégias neoliberais. Em aliança com o setor privado e de posse da legitimidade conferida por sua relação com os diferentes setores dos movimentos sociais, empreende uma reestruturação das políticas públicas na cidade, orientada pelas diretrizes nacionais, e pelas considerações do Banco Mundial para as cidades brasileiras.

Considerações estas que elegem como prioridade de análise quatro áreas da estratégia urbana: competitividade na cidade, credibilidade creditícia municipal, provisão de serviços e alívio da pobreza, fortalecimento institucional. Por meio destas o relatório do Banco Mundial para as cidades brasileiras busca superar três questões: as tendências nas áreas de desenvolvimento econômico e estrutura urbana, o desempenho fiscal municipal e as políticas fundiárias. Tais diretrizes são projetadas como horizonte de atuação para a gestão pública de João Pessoa, vide a crescente participação da cidade em programas do Banco Mundial, como o “Cidades Emergentes Sustentáveis”.

A Iniciativa de Fomento às Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) lida com desafios em cidades emergentes da América Latina e Caribe. A meta é integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governabilidade. Dessa forma, o BID e a Caixa esperam promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Os investimentos serão direcionados para três áreas: o setor ambiental e as mudanças climáticas, o setor urbano e os setores fiscais e de governabilidade. No que se refere à questão urbana, está incluído o desenvolvimento urbano integral, econômico e social, além da mobilidade, transporte e segurança. João Pessoa foi escolhida pelo seu estado pleno de crescimento econômico. Também foi avaliado o contingente populacional, que deve estar entre 200 mil e dois milhões de habitantes, e a capacidade institucional da cidade. (PMJP, 26/03/2013)

Para a agenda neoliberal estas seriam as prioridades em alcançar as metas desejadas no sentido de proporcionar o desenvolvimento urbano. O argumento central

do Banco Mundial é que o Estado brasileiro, subsidiado por uma elevada arrecadação fiscal, deve centralizar o controle financeiro desse capital e investi-lo nas cidades que apresentarem maior potencial produtivo. Com o objetivo claro de promover a troca mediante o consumo, facilitando o acesso a produtos e serviços. Reproduzindo a cidade, pautando-a em seu valor de troca, projetando-a como mercadoria, que se realiza pelo consumo, ao contrário da cidade obra, fruto das relações de uso.

Estas cidades são avaliadas segundo o seu porte e a posição que ocupam diante do mercado financeiro nacional/internacional. Metrôpoles e cidades grandes, devido ao capital fixo investido em sua produção, são prioridades no investimento do Estado, uma vez que estas constituem o motor da competitividade do país no mercado internacional. Enquanto as cidades de porte médio e pequeno devem competir no mercado interno pelos investimentos públicos, apresentando indicadores que satisfaçam as questões anteriormente citadas, preferencialmente mediante a adoção das estratégias urbanas defendidas pelo Banco Mundial.

O fortalecimento institucional redefine a correlação de forças entre os agentes produtores do espaço, portanto, a criação de uma agenda de regulamentação deve ser a primeira medida tomada pelo Estado. Produzindo a infraestrutura na cidade, promovendo saneamento básico e urbanização nas favelas que constituem um impedimento à valorização dos bairros de alto poder aquisitivo.

O mercado imobiliário em João Pessoa, incorpora estratégias de produção do espaço que se utilizam da proteção do meio ambiente para valorizar a terra urbana. São recorrentes as campanhas pela manutenção da qualidade de vida na cidade, reafirmada pelo seu reconhecido potencial turístico. O potencial do turismo como principal produto desta cidade se realiza mediante as intervenções públicas nos bairros da orla e no centro histórico da cidade. Fundada em 1585 às margens do rio Sanhauá, a cidade apresenta um potencial turístico que incorpora os valores históricos e arquitetônicos, às reservas de Mata Atlântica ainda presentes nos mananciais e Parques. Ao longo dos últimos dez anos, projetos voltados para o desenvolvimento turístico da cidade foram mote para a requalificação do centro histórico pelo poder público.

Este conjunto de intervenções proporciona a João Pessoa uma posição entre as cidades competitivas nacionais, acessando os benefícios que esta condição lhe proporciona. Entre eles crédito junto ao Banco Mundial, como é o caso do projeto de ampliação da mobilidade urbana que está sendo implementado nos principais eixos econômicos da cidade. Neste estão sendo reformados os corredores viários e a modernização do transporte urbano com a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos, e ônibus articulados garantindo a circulação entre polos turísticos: centro - praia. A gestão pública, se utilizando dessa massa transitória que consome as mercadorias turísticas, mas que também investe no mercado imobiliário, gera um arrecadamento maior e dinamizando este setor da economia.

A credibilidade creditícia, condição de reprodução do capital financeira, é garantida em João Pessoa pela lei de responsabilidade fiscal. O que tem garantido ao município um acesso privilegiado aos investimentos públicos, mas também as agências internacionais de captação de recurso. Ao setor informal, ora esfacelado pela gestão urbana, restam os programas de microcrédito, estratégia de expansão da oferta de serviços na cidade e de alívio da pobreza.

Encarar o “alívio da pobreza” como norteador das políticas de produção da cidade, demonstra a concepção de cidade que se ambiciona produzir, pois esta expressa a desigualdade, característica do modo de produção capitalista. Quais seriam então, os fatores condicionantes dos atuais níveis de pobreza que observamos em João Pessoa? O próprio processo de valorização da cidade, sua dinâmica interna e a valorização sem precedentes da renda da terra podem explicar a pobreza na cidade. Igualmente o modelo neoliberal expresso nas diretrizes do Banco Mundial, sua condição de sobrevivência, a exploração da mais valia do trabalhador e a reprodução desse modelo para todas as dimensões da vida humana, onde a sociedade do consumo reinventa a pobreza como impossibilidade de consumo. As favelas de João Pessoa são ocupadas pelos pobres que migram dentro da cidade, expelidos pela valorização da renda da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da favela enquanto fragmento particular do processo de produção da cidade de João Pessoa, é fruto da complexa relação dos fatores que produzem este espaço. Ao passo que tratamos desta produção, tomando como referência o planejamento burocrático do Estado, recortamos um universo técnico de controle social, que se apropria dos instrumentos e das práticas coletivas de produção do espaço, reproduzindo o mesmo segundo os interesses da classe dominante. Enquanto condição de reprodução social e/ou capitalista, o espaço urbano representa uma dimensão da realidade. Suas contradições alimentam processos como o de periferização, e segregação espacial, herança de uma urbanização acelerada, característica marcante em cidades de países subdesenvolvidos e industrialização dependente.

A valorização do solo no entorno da favela do Timbó, transforma a dinâmica de produção deste espaço, acelerando processos e complexificando as relações de poder. O conflito pelo solo revela a luta de classes na cidade, o crescente apelo ao consumo em uma sociedade desigual se realiza também no espaço. Por isso entendemos as transformações em processo em João Pessoa como parte do que acontece em cidades por todo o país. Este processo está vinculado ao contexto de valorização e liderança econômica internacional assumida pelo governo federal. A terra como mercadoria se generaliza, signos novos de *status* e qualidade de vida urbana são apregoados pela cidade, o planejamento urbano se impõe, influenciando as necessidades e desejos, acentuando conflitos entre as necessidades individuais e coletivas, entre o público e o privado, ou mesmo o “uso” e a “troca”. Este último par, que cremos revelador da correlação de forças entre os agentes produtores do espaço, aponta as resistências aos processos hegemônicos.

Os espaços de resistência ao longo da história, refirmaram diferenças diante dos valores, normas e convenções dominantes. O conflito/resistência para a afirmação dessas diferenças “traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade” (SEABRA, 1996 p. 76). É no lugar que encontramos este resíduo resistente, e sob as

condições de reprodução nesta escala de produção do espaço que se manifestam os variados ritmos de vida. As práticas produtivas, as relações cotidianas, mesmo a memória dos grupos sociais nestes lugares, emergem como instrumento de investigação das relações de produção espacial na cidade.

A Constituição de 1988 representa um avanço quanto à conquista de um marco legal em favor da justiça social no Brasil, sua consolidação mediante a aprovação do Estatuto da Cidade reafirma esse direcionamento. Entretanto o conflito de classes pela cidade demonstra que este é somente um campo de atuação, no qual a sociedade organizada aponta no sentido da equidade social. Devemos avançar muito mais para alcançar uma reforma urbana pautada no fim das desigualdades sociais, fundada no reconhecimento da diversidade de grupos sociais e no respeito à equidade espacial.

Denunciamos o planejamento normativo dos espaços, e suas consequências quanto à repressão aos resíduos, potencializando os processos de segregação social no espaço urbano. Tais processos são parte de um projeto de homogeneização do espaço em torno da edificação de um modelo de cidade, suporte para sua instrumentalização e negociação pela classe dominante. Esta estratégia prioriza a reprodução do capital e a concentração de riqueza em detrimento da exploração da classe trabalhadora. Restabelece a dialética da propriedade, trazendo-a para o plano do cotidiano, no qual também é possível perceber a conversão do uso em consumo sob o signo do mercado.

No intuito de subverter esta lógica de apreciação e apropriação do espaço, atentamos para a urgência em planejar a cidade de João Pessoa, segundo uma categoria de análise que desvele as relações de produção espacial na escala de atuação do sujeito social. Uma vez que esta não individualiza a análise, e sim, explicita as condições de produção de grupos sociais segregados da memória urbana, para não dizer da própria cidade. Desta forma, apontamos a necessidade de repensar a produção das cidades brasileiras, possibilitando uma transformação na reprodução social deste espaço, pautada no reconhecimento da heterogeneidade urbana.

Contudo, o que observamos mediante a análise do projeto de urbanização da favela do Timbó, é um aparente descaso quanto ao reconhecimento e valoração do

grupo de moradores deste fragmento da cidade. Mesmo diante do reconhecimento institucional daquele espaço, seus moradores são levados a pressionar o poder público pela execução da obra. Portanto, “qualquer que seja a predominância do valor de troca e sua importância no modo de produção, ele não chega a fazer desaparecer o uso e valor de uso, mesmo que se aproxime da abstração pura e do puro signo” (SEABRA, 1996 p. 78). Aos moradores do Timbó são impostos símbolos, feições espaciais estranhas ao seu lugar, por meio destas são desfeitos os laços que conduzem a apropriação, o grupo não dispõe mais dos elementos que estimulam a lembrança, que recriam a memória de ocupação daquele espaço.

O projeto de urbanização para a favela do Timbó, não configura uma política pública de redução da desigualdade social, pois não apresenta em suas diretrizes nenhuma característica que promova o rompimento das relações de troca, e, portanto, da dinâmica de reprodução capitalista do espaço urbano. Transformando a favela do Timbó em um pátio de obras pelos últimos três anos, a PMJP reconfigura a dinâmica dos moradores deste espaço, fragmentando suas referências coletivas. A favela é reproduzida segundo outras relações, mediadas não pela vizinhança, mas por um instrumento legal coercitivo do Estado. Negar as práticas produtivas dos moradores da favela do Timbó no projeto de urbanização é um equívoco, pois as relações de uso no espaço produzem o sentimento de pertencimento, bem como identidade e reconhecimento entre os moradores.

Os moradores da favela do Timbó se apropriam e transformam seu lugar de acordo com seus interesses, uma intervenção que não leve em consideração isto sofrerá alterações sem qualquer acompanhamento para adequar-se a realidade daquele grupo. Outrossim, devemos pensar o vivido e recusar o concebido, garantindo uma análise equilibrada, pois “o percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e, portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido” (SEABRA, 1996 p. 80). No qual o concebido é fruto da razão e da técnica, seus instrumentos de dominação prevalecem, e transformam o mundo segundo as estratégias de dominação política e sujeição econômica da classe dominante.

Enquanto o vivido é constituído pelo uso e apropriação, pela existência em sociedade e sua reprodução no espaço.

Não cabe aos grupos sociais segregados aceitar a tutela do Estado, tampouco a participação coadjuvante proposta pelos ideais reformistas. O desenvolvimento do sentido político da ocupação, assim como da reprodução de práticas rurais no espaço da cidade, faz das favelas de João Pessoa espaços de resistência política ao modelo de produção capitalista das cidades. O desenvolvimento urbano pautado na modernização técnica dos espaços, esvazia a subjetividade particular dos grupos que o produziram, substituindo o uso pela troca. O espaço de reprodução da vida é transformado em espaço de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **Sobre a memória das cidades**. In: CARLOS, A.F.A.; LOPES, M.; SPOSITO, M.E. (orgs.) *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- AGUIAR, W. e OCTÁVIO, José (orgs). **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. João Pessoa, A União Ed, 1989.
- ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira, João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2006. 196p.
- BANCO MUNDIAL - **Brasil: Elemento de uma Estratégia de Cidades**, Relatório Nº 35749-BR, 2006.
- BIDOU- ZACHARIASEN, Catherine; HIERNAUX-NICOLAS, Daniel; D'ARC, Hélène Rivère (coord.) São Paulo: Annablume, 2006. 294 p.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**; Política Urbana Constituição Federal – Art. 182/183; Capítulo II da Política Urbana. Brasília, DF, Senado, 1988.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b. 234p.
- CASTELLS, M e BORJA, J. *As cidades como atores políticos*, In: Revista Novos Estudos CEBRAP – Dossiê cidades, nº 45, julho de 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005. 94p.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **A cidade (des)ordenada: Concepção e Cotidiano do Conjunto Itaquera I**. Tese (doutorado). Doutorado em Geografia Humana - USP: São Paulo, 1992.
- DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. Tese de doutorado FAU-USP. São Paulo, 2003.

FELICIO, Bruna da Cunha; FOSCHINI, Regina Célia; SALVADOR, Nemésio Neves Batista. **O Estatuto da Cidade e as funções social e ambiental da propriedade urbana**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8601&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso 13 de fevereiro de 2014.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 310p.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (org.) **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Fragments da la Memoria Colectiva**. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año 1, Número 1, México, UNAM- Facultad de psicologia, 1991.

HARDOY, Jorge E.; SATTERTHWAITE. **La ciudad legal y la ciudad ilegal**. 1ª Edição, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987

HARVEY D. A geografia disso tudo, In: **O enigma do capital**. Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Edição Loyola, 1996.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em julho de 2013.

JACOBI, Pedro. A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

JEUDY, H.P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PMJP. **Plano Diretor da Cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Grafset, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVIERI, João Roberto & LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa Pós - 60. In: GONÇALVES, Regina Célia. **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB 1999.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 181p.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.145p.

LEFEBVRE, Henry. **The Production of space**. Translated by Donald Nicholson Smith. 2Nd. Massachusetts: Blackwell, 1992. 454p.

MAIA, D. S. **O Campo na cidade**: necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa – PB). 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. 208p.

MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB. 2000, Tese (Doutorado na Geografia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 364 p.

MARICATO, Ermínia. Brasil, **cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Hermínia. **Habitação e a Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Vol. I – Livro Primeiro. Editora Abril. São Paulo -1984.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado**. In: Revista espaço e debates: Segregações urbanas. Nº 45, São Paulo, 2004. P. 24-33.

MATOS, Olgária C. F. **A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças**. Espaço & Debates Out/Dez. São Paulo, 1982.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Estatuto da Cidade**. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index>>. Acesso em julho 2012.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Abes, 1999.

OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da Cidade: para compreender...**Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER. Maria Hortense. **A palavra é favela**. In: Alba Maria Zaluar; Marcos Alvito. (Org.). Cem anos de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998, v. 1.

PARAÍBA. Fundação de Ação Comunitária – FAC. **Relatório de pesquisa. Aglomerados Subnormais**: diagnóstico e sugestões. João Pessoa: FAC, 2002. 139p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212*.

RABAY, G. L. **Organização dos moradores e institucionalização, concessão, conquista e conflitos**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação. In: **Debates Urbanos**, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

- RODRIGUES, Arlete. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- RODRIGUES, Janete Lins. **Acumulação e a produção do espaço: o caso da grande João Pessoa**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.
- RODRIGUES, W. In: **Escola e Modernidade na Paraíba, 1910-1930**, Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade. Centro de Educação, UFPB. 2006. 1CD.
- PARAÍBA. Fundação de Ação Comunitária – FAC. **Relatório de pesquisa. Aglomerados Subnormais**: diagnóstico e sugestões. João Pessoa: FAC, 2002. 139p.
- SABOYA, Renato T.. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. Tese de doutorado submetida à Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – PPGEC – Área de Concentração: Cadastro Técnico e Gestão Territorial. Florianópolis, Março de 2007.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 144p.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005. 171p.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 232p.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **O PESADELO DA AMNÉSIA COLETIVA: UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS DE MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TRAÇOS DO PASSADO**. **Cadernos de Sociomuseologia** Centro de Estudos de Sociomuseologia, América do Norte, 19, Jun. 2009.
- SAULE JÚNIOR, Nelson. **A proteção jurídica nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2004.
- SEABRA, Odette. *A Insurreição do Uso*, in MARTINS, José [org.]. **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Editora Hucitech, 1996.
- SCHMIDT & MAHFOUD, 1993 p. 288 **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. Psicologia USP. São Paulo, v.4, n.1/2, 1993, p. 285 – 298.
- SILVA, Iranise Alves da. **A política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – Paraíba**. Universidade Federal da Paraíba, 1986. (Dissertação de Mestrado em Economia)
- SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)– UNESP, Presidente Prudente, 2008.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Domicílios sem Moradores, Moradores sem Domicílios**: um estudo sobre domicílios vagos em Salvador como subsídio para políticas habitacionais. Salvador: Edições Uesb, 2009.

VIEIRA, Ricardo Stanziola. Trabalho apresentado no I Encontro da ANPPA, GT de Sustentabilidade e Cidades. Indaiatuba/SP: 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373p.

WORLDWATCH INSTITUTE E UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA. GEO Brasil – Capítulo 3: Perspectivas do meio ambiente mundial. Capítulo 2: O estado do meio ambiente. Áreas Urbanas. 2002 b. p.260-289. Disponível em: http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm. Acesso em: 30 jun. 2012.

ANEXO – A

ANEXO – B